



Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DA PARAÍBA

RELATÓRIO DE GESTÃO 2014

JOÃO PESSOA
2015



Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DA PARAÍBA

RELATÓRIO DE GESTÃO 2014

Relatório de Gestão do exercício de 2014 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, Instrução Normativa TCU nº 72 de 15 de maio de 2013, DN TCU nº 134 de 04 de dezembro de 2013, Decisão Normativa nº 139 de 24 de setembro de 2014, Portaria CGU nº 650 de 28 de março de 2014, Portaria TCU nº 90 de 16 de Abril de 2014 e DN TCU nº 140/2014 de 15 de outubro de 2014.

JOÃO PESSOA
2015

SUMÁRIO

SUMÁRIO.....	2
LISTA DE QUADROS.....	4
Introdução.....	6
1 IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES JURISDICIONADAS CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO	
1.1 Identificação da unidade jurisdicionada	8
1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade	8
1.3 Organograma Funcional	10
1.4 Macroprocessos Finalísticos	18
2 INFORMAÇÕES SOBRE A GOVERNANÇA	21
2.1 Estrutura de Governança	21
2.2 Atuação da unidade de auditoria interna.....	21
2.3 Sistema de Correição	21
2.4 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos	23
3 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	27
3.1 Canais de acesso do cidadão.....	27
3.2 Carta de Serviços ao Cidadão	28
3.3 Mecanismos para medir a satisfação dos produtos e serviços	28
3.4 Acesso às informações da unidade jurisdicionada.....	28
3.5 Avaliação de desempenho da unidade jurisdicionada	28
3.6 Medidas Relativas à acessibilidade	28
4 AMBIENTE DE ATUAÇÃO	29
4.1 Informações do ambiente de atuação da unidade jurisdicionada	29
5 PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS	34
5.1 Planejamento da unidade	34
5.2 Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados	36
5.3 Informações sobre outros resultados da gestão	36
5.4 Informações sobre indicadores de desempenho operacional.....	38
5.5 Informações sobre custos de produtos e serviços.....	42
6 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.	43
6.1 Programação e Execução das despesas.....	43
6.2 Despesas com ações de publicidade e propaganda	47
6.3 Reconhecimento de Passivos por insuficiência de créditos ou recursos	47
6.4 Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores	47
6.5 Transferências de Recursos	48
6.6 Suprimento de Fundos	51
6.7 Renúncias sob a Gestão da UJ	52
6.8 Gestão de Precatórios	52
7 GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS	53
7.1 Estrutura de pessoal da unidade.....	53
7.2 Contratação de mão de obra de apoio e de estagiários	59
8 GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO	62
8.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros	62
8.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário	63
8.3 Bens Imóveis Locados de Terceiros	65

9	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....	66
10	GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.....	67
10.1	Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental	67
11	ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃO DE CONTROLE.....	69
11.1	Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU	69
11.2	Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno (OCI).....	72
11.3	Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93	86
11.4	Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário.....	87
11.5	Alimentação SIASG E SICONV	88
12	INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	89
12.1	Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público	89
12.2	Apuração dos custos dos programas e das unidades administrativas	90
12.3	Conformidade Contábil	90
12.4	Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis	91
12.5	Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008	92
12.6	Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas exigidas pela Lei nº 6.404/1976.....	92
12.7	Relatório de Auditoria Independente	92
13	OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO	93
13.1	Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ.....	93

LISTA DE QUADROS

Quadro A.1.1.1 – Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual.....	08
Quadro A.1.3 – Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas.....	17
Quadro A.1.4 – Macroprocessos Finalístico.....	18
Quadro A.2.4 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ.....	23
Quadro A.5.4.1 – Indicadores de Desempenho - Saneamento.....	39
Quadro A.5.4.2 – Indicadores de Desempenho - PPA 2012 - 2015.....	39
Quadro A.5.4.3 – Indicadores de Desempenho - Saúde Ambiental.....	40
Quadro A.6.1.2.1 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa.....	43
Quadro A.6.1.2.2 – Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa.....	44
Quadro A.6.1.3.5 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação.....	45
Quadro A.6.1.3.6 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação.....	45
Quadro A.6.4 – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores.....	47
Quadro A.6.5.3 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de termos de compromisso.....	48
Quadro A.6.5.4 – Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Termos de Compromisso.....	49
Quadro A.6.6.1 – Concessão de suprimento de fundos.....	51
Quadro A.6.6.2 – Utilização de suprimento de fundos.....	51
Quadro A.6.6.3 – Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência.....	51
Quadro A.7.1.1.1 – Força de Trabalho da UJ.....	53
Quadro A.7.1.1.2 – Distribuição da Lotação Efetiva.....	53
Quadro A.7.1.1.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ.....	54
Quadro A.7.1.3 – Custos do pessoal.....	57
Quadro A.7.1.4.2 – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da UJ.....	58
Quadro A.7.2.1 – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva.....	59
Quadro A.7.2.2 – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.....	60
Quadro A.7.2.4 – Composição do Quadro de Estagiários.....	60
Quadro A.8.2.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União.....	63
Quadro A.8.2.2.1 – Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional.....	64
Quadro A.8.2.2.2 – Cessão de Espaço Físico em Imóvel da União na Responsabilidade da UJ.....	65
Quadro A.8.2.3 – Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob responsabilidade da UJ.....	65
Quadro A.10.1 – Aspectos da Gestão Ambiental.....	67
Quadro A.11.1.1 – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício.....	69
Quadro A.11.1.2 – Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício.....	71
Quadro A.11.2.1 – Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno.....	72
Quadro A.11.2.2 – Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício.....	81
Quadro A.11.3.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR.....	86
Quadro A.11.4 – Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário em 2014.....	87
Quadro A.11.5 – Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV.....	88
Quadro A.12.4.2 – Declaração do Contador com Ressalvas sobre a Fidedignidade das Demonstrações Contábeis.....	91

SIGLAS CONSTANTES NO RELATÓRIO

SUEST/FUNASA/PB – Superintendência Estadual da Fundação Nacional de Saúde na Paraíba	AUDIT – Auditoria Interna
DIESP – Divisão de Engenharia de Saúde Pública	PFE – Procuradoria Federal Especializada
DIADM – Divisão de Administração	DENSP – Departamento de Engenharia de Saúde Pública
SESAM – Serviço de Saúde Ambiental	DESAM – Departamento de Saúde Ambiental
SEREH – Serviço de Recursos Humanos	CGOFI – Coordenação Geral de Programação Orçamentária e Financeira
SECOV – Serviço de Convênios	CGLOG - Coordenação Geral de Recursos Logísticos
SACAV – Seção de Acompanhamento e Avaliação	CGRH - Coordenação Geral de Recursos Humanos
SAPRO – Seção de Análise de Projetos	CGMTI - Coordenação Geral de Modernização e Tecnologia da Informação
SAOFI – Seção de Execução Orçamentária e Financeira	CGCON - Coordenação Geral de Convênios
SALOG – Seção de Recursos Logísticos	CODER – Coordenação de Seleção e Desenvolvimento de Recursos Humanos
SADUC – Seção de Educação em Saúde	SISCON – Sistema de Convênios
SOORF – Setor Orçamentário e Financeiro	SIGOB – Sistema Integrado de Gerenciamento de Obras
SOCOM – Setor de Comunicação	SIGESAN – Sistema Gerencial de Acompanhamento de Projetos de Saneamento
SOMAT - Setor de Material	SICONV – Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse.
SOTRA – Setor de Transporte	SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SOPAT – Setor de Patrimônio	SIAPPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SOCAD – Setor de Cadastro e Pagamento	SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SOCAP – Setor de Capacitação	SIORG – Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SOHAB – Setor de Habilitação e Celebração de Convênios	CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas
SOPRE – Setor de Prestação de Contas	LOA – Lei Orçamentária Anual
GABPR – Gabinete Presidência/Funasa	UJ – Unidade Jurisdicionada
DIREX – Diretoria Executiva	MS – Ministério da Saúde
COTEC – Coordenação de Cooperação Técnica Internacional	PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
CGPLA – Coordenação Geral de Planejamento e Avaliação	PPA – Plano Plurianual
DEADM – Departamento de Administração	A3P – Agenda Ambiental na Administração Pública
SIC/Funasa – Serviço de Informação ao Cidadão	

APRESENTAÇÃO

O presente documento trata do Relatório de Gestão do exercício 2014 da Superintendência Estadual da Fundação Nacional de Saúde na Paraíba. Foi elaborado com base na legislação vigente, composta pela Instrução Normativa do Tribunal de Contas da União - TCU nº 63/2010, pela Decisão Normativa TCU nº 72, de 15 de maio de 2013, Decisão Normativa TCU nº 127 de 15 de maio de 2013, Portaria TCU nº 175 de 09 de julho de 2013, DN TCU nº 132 de 02 de outubro de 2013 e DN TCU nº 135, de 12 de fevereiro de 2014.

Além dos referidos atos normativos, orientações complementares, editadas pela CGU, seguindo também as instruções contidas no Roteiro de Elaboração para o Relatório de Gestão/2014 elaborados pela Equipe da Coordenação Geral de Planejamento e Avaliação (CGPLA), da Fundação Nacional de Saúde (Funasa- PRESIDÊNCIA).

Durante o processo de elaboração desse Relatório, o Interlocutor desta Suest contou com a participação de todas as divisões, seções e setores integrantes da estrutura regimental desta Superintendência Estadual.

Este relatório apresenta em seu conteúdo itens, quadros e ou tabelas que não são de competência da UJ respondê-los, assim, para melhor visualização e leitura deste documento, dispomos abaixo a relação dos respectivos itens que **não se aplicam a esta Unidade Jurisdicionada:**

ITEM – NÃO SE APLICA NA UJ	JUSTIFICATIVA
2.2 Atuação da unidade de auditoria interna	Responsabilidade da Presidência/ FUNASA.
3.2 Carta de Serviços ao Cidadão	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a carta de serviços ao cidadão não será publicada.
5.2 programação orçamentária e financeira e resultados alcançados	A UJ não tem responsabilidade sobre nenhum nível de programação definida no Plano Plurianual 2012-2015.
6.1.1 Programação de despesas	Responsabilidade da Presidência/ FUNASA.
6.1.3.1 Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários - Total 6.1.3.2 Despesas executadas diretamente pela UJ, por modalidade de contratação – Créditos Originários. 6.1.3.3 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total. 6.1.3.4 Despesas executadas diretamente pela UJ – Créditos Originários.	Esta UJ não tem créditos iniciais recebidos diretamente da LOA. Responsabilidade da Presidência/FUNASA.
6.5.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício	A UJ não faz transferências a outros Órgãos ou Unidades.
6.5.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três últimos Exercícios.	A UJ não faz transferências a outros Órgãos ou Unidades.
6.7 Renúncias sob a Gestão da UJ	A UJ não executa renúncia tributária, vez que a gestão orçamentária e financeira é de responsabilidade Presidência/FUNASA.
6.8 Gestão de Precatórios	Responsabilidade da Presidência/ FUNASA.
8.2.2.2 Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade da UJ.	Não houve cessão de espaço físico no exercício de 2014.
8.3 Bens Imóveis Locados de Terceiros	Esta UJ não tem bens imóveis locados de terceiros.
9 Gestão da Tecnologia da Informação	Responsabilidade da Presidência/ FUNASA.
12.5 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBCT 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008	É de competência da Presidência/FUNASA.
12.6 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas	Responsabilidade da Presidência/ FUNASA.

exigidas pela Lei nº 6.404/1976	
12.7 Relatório de Auditoria Independente.	A UJ não dispõe de auditoria independente.

1 IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES JURISDICIONADAS CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO

1.1 Identificação da unidade jurisdicionada

Relatório de Gestão Individual

Quadro A.1.1.1 – Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Saúde			Código SIORG:304
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: Fundação Nacional de Saúde - Superintendência Estadual da Paraíba			
Denominação Abreviada: FUNASA/SUEST/PB			
Código SIORG: 7481	Código LOA: 36211		Código SIAFI: 255015
Natureza Jurídica: Fundação		CNPJ: 26.989.350/0012-79	
Principal Atividade: promoção de Programas de Saúde, Federal, Estadual e Municipal.			Código CNAE: 8412-4/00
Telefones/Fax de contato:	(83) 3216-2418	(83) 3216-2461	(83) 3216-2487
Endereço Eletrônico: corepb.gab@funasa.gov.br			
Página na Internet: http://www.funasa.gov.br			
Endereço Postal: Rua Profº Geraldo Von Shosten, 285, Jaguaribe. CEP: 58.015-190, João Pessoa/PB.			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Instituída pela Lei n.º 8.029, de 12 de abril de 1990, pelo Decreto n.º 100, de 16 de abril de 91, e em conformidade com o que dispõe o Decreto n.º 4.727, de 9 de junho de 2003, publicado no Diário Oficial da União, do dia 10 de junho de 2003. Portaria nº. 1.776 de 8 setembro de 2003 que aprova o regimento interno da Funasa e pelo Decreto 7.335 de 19/10/2010 – que aprova o estatuto e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções gratificadas dá outras providências e altera a estrutura organizacional da Fundação Nacional de Saúde. Portaria Ministerial nº 270, de 27 de fevereiro de 2014 que aprova o regimento interno da Funasa, baseado no Decreto 7.335 de 19/10/2010.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
Não se aplica a esta UJ	Não se aplica a esta UJ		
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
Não se aplica a esta UJ	Não se aplica a esta UJ		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
Unidades Orçamentárias Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
Não se aplica a esta UJ	Não se aplica a esta UJ		

1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

A Fundação Nacional de Saúde (**Funasa**), órgão executivo do Ministério da Saúde, é uma das instituições do Governo Federal responsável em promover a inclusão social por meio de ações de saneamento para prevenção e controle de doenças. É também a instituição responsável por formular e implementar ações de promoção e proteção à saúde relacionadas com as ações estabelecidas pelo Subsistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental.

As ações de inclusão social, por meio da saúde, são realizadas com a prevenção e controle de doenças e agravos ocasionados pela falta ou inadequação nas condições de saneamento básico em áreas de interesse especial, como assentamentos, remanescentes de quilombos e reservas extrativistas.

Na área de Engenharia de Saúde Pública, a **Funasa** detém a mais antiga e contínua experiência em ações de saneamento no país e atua com base em indicadores sanitários, epidemiológicos, ambientais e sociais.

A **Funasa** presta apoio técnico e/ou financeiro no combate, controle e redução da mortalidade infantil e da incidência de doenças de veiculação hídrica ou causadas pela falta de saneamento básico e ambiental. Os investimentos visam intervir no meio ambiente, na infra-estrutura dos municípios de até 50 mil habitantes, prioritariamente, e nas condições de vida de populações vulneráveis.

A estreita relação entre as condições ambientais, os problemas sanitários e o perfil epidemiológico das doenças e agravos integra definitivamente as ações de saneamento da **Funasa** ao Sistema Único de Saúde (SUS), visando à prevenção de doenças. Nessa área, a **Funasa** está implementando o programa Saneamento para Promoção da Saúde, que tem por meta, em quatro anos, beneficiar 60% dos municípios brasileiros com, aproximadamente, 35 milhões de pessoas.

Entre as ações a serem desenvolvidas para a prevenção de doenças e controle de agravos estão a construção e ampliação de sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, além da implantação de melhorias sanitárias domiciliares.

A **Funasa** está, ainda, implantando, ampliando ou melhorando os sistemas de tratamento e destinação final de resíduos sólidos, principalmente em áreas de proliferação do mosquito *Aedes aegypti*, efetivando a drenagem e o manejo ambiental em áreas endêmicas de malária e fazendo obras de engenharia em habitações visando ao controle da doença de Chagas.

Fazem parte das prioridades da **Funasa** a promoção, o apoio técnico e financeiro ao controle de qualidade da água para consumo humano; o estímulo e financiamento de projetos de pesquisa em engenharia de saúde pública e saneamento; e o apoio técnico a estados e municípios para a execução de projetos de saneamento, passando por estratégias de cooperação técnica.

Na área de Saúde Ambiental, compete a Funasa planejar, coordenar, supervisionar e monitorar a execução das atividades relativas:

- à formulação e implementação de ações de promoção e proteção à saúde ambiental, em consonância com a política do Subsistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental;
- ao controle da qualidade de água para consumo humano proveniente de sistemas de abastecimento público, conforme critérios e parâmetros estabelecidos pelo Ministério da Saúde; e
- ao apoio ao desenvolvimento de estudos e pesquisas na área de saúde ambiental.

Dando continuidade a missão institucional, a **Funasa** tem por objetivo futuro ser, até 2030, referência nacional e internacional nas ações de saneamento e saúde ambiental, contribuindo com as metas de universalização do saneamento no Brasil.

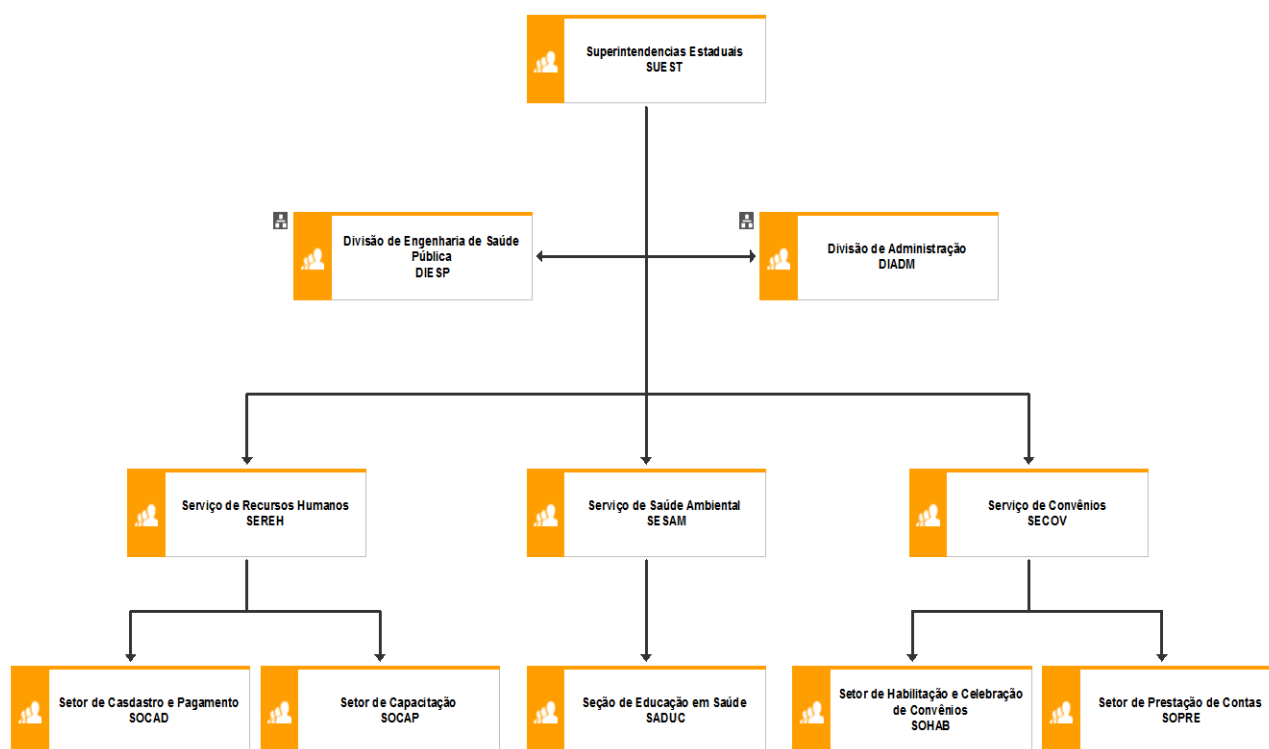
1.3 Organograma Funcional

ORGANOGRAMA FUNCIONAL - SUPERINTENDENCIA ESTADUAL

Por força do Decreto nº 7.335 de 19 de outubro de 2010, que aprovou o novo estatuto e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções gratificadas, e definiu como responsabilidades institucionais a promoção e a proteção à saúde, e como competências, o fomento à soluções de saneamento para a prevenção de controle de doenças, bem como a formulação e implementação de ações de promoção e de proteção à saúde relacionadas com ações estabelecidas pelo Sistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental, o Regimento Interno da Funasa foi aprovado em 27 de fevereiro de 2014, pela Portaria do Ministério da Saúde nº 270/2014.

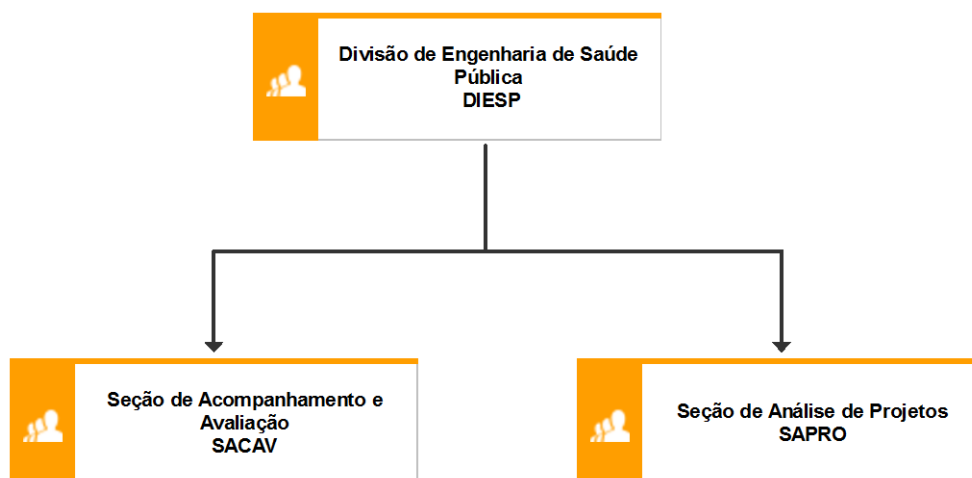
REGIMENTO INTERNO DA FUNASA - Portaria Ministerial nº 270/2014 - Ministério da Saúde
SEÇÃO IV - Das Unidades Descentralizadas

SUPERINTENDENCIAS ESTADUAIS - SUEST



Art. 83. Às Suest compete coordenar, supervisionar e desenvolver as atividades da Funasa, nas suas respectivas áreas de atuação.

DIVISÃO DE ENGENHARIA DE SAÚDE PÚBLICA - DIESP



Art. 84. Compete à Diesp:

- I - coordenar, acompanhar, supervisionar e avaliar as atividades de engenharia de saúde pública, no âmbito da Suest;
- II - prestar apoio técnico a programas e ações de gestão dos serviços de saneamento desenvolvidas por órgãos estaduais e municipais;
- III - apoiar e supervisionar estudos e pesquisas tecnológicas na área de saneamento e edificações de Saúde Pública;
- IV - analisar projetos de saneamento e edificações de Saúde Pública; e
- V - acompanhar e supervisionar obras realizadas com transferência de recursos da Funasa;

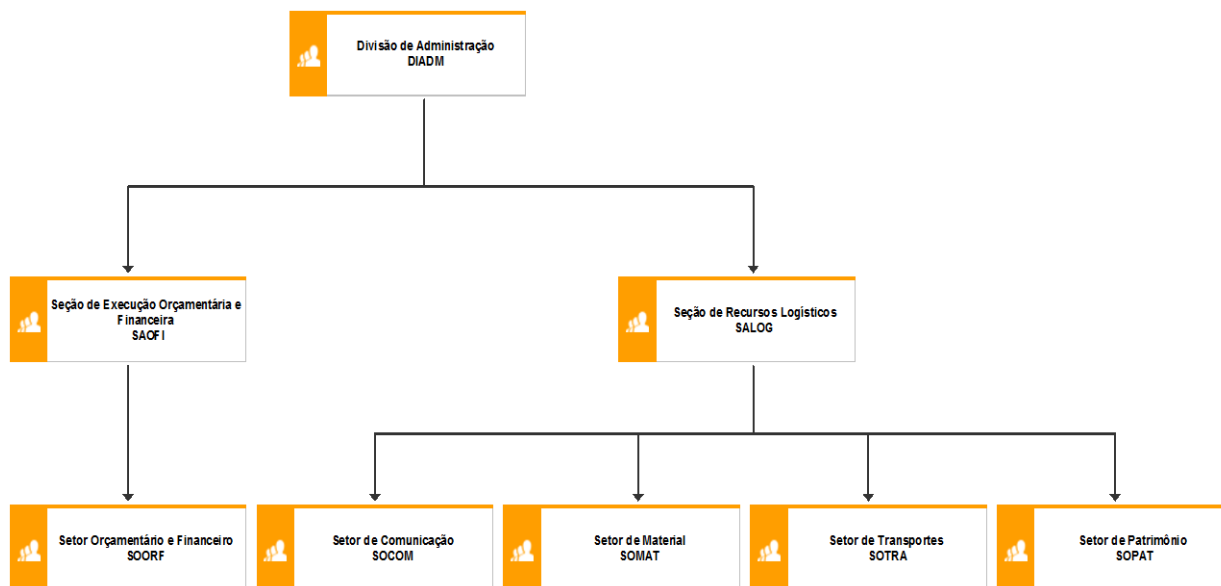
Art. 85. Compete à Sapro:

- I - analisar projetos técnicos de engenharia destinados à área de saúde, bem como os relativos a obras nas edificações de uso da Funasa;
- II - analisar e emitir parecer técnico relativo a convênios; e
- III - prestar cooperação técnica.

Art. 86. Compete à Sacav:

- I - acompanhar a execução das obras realizadas com recursos da Funasa; e
- II - acompanhar e avaliar as atividades de elaboração de projetos, enfocando custos e concepções técnicas;

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO - DIADM



Art. 87. À Diadm compete planejar, coordenar e executar as atividades das áreas de orçamento, finanças, contabilidade e recursos logísticos e insumos estratégicos.

Art. 88. Compete à Saofi:

- I - executar as atividades relativas à execução orçamentária e financeira;
- II - programar, consolidar e fornecer subsídios às atividades relacionadas à proposta orçamentária anual em articulação com as diversas áreas da Suest;
- III - executar e acompanhar as atividades de movimentação dos recursos orçamentários e financeiros;
- IV - promover estudos de custos orçamentários e financeiros das ações desenvolvidas pela Suest;
- V - elaborar, mensalmente a programação financeira;
- VI - proceder à análise e execução dos registros contábeis dos fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial;
- VII - promover o envio e/ou retificação das declarações anuais obrigatórias a nível da Suest;
- VIII - manter adimplência da Funasa junto aos órgãos arrecadadores e fiscalizadores a nível Estadual; e
- IX - executar outras atividades inerentes às suas atribuições, determinadas pelo Chefe da Divisão de Administração.

Art. 89. Compete ao Soorf:

- I - executar e acompanhar a programação e execução orçamentária e financeira;
- II - manter atualizado os registros orçamentários e financeiros recebidos e os saldos dos empenhos emitidos;
- III - executar as atividades de registro de conformidade documental;
- IV - promover o pagamento dos processos de despesas no âmbito Estadual.

- V - proceder à análise e execução dos registros contábeis dos fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial; e
- VI - executar outras atividades inerentes às suas atribuições, determinadas pelo chefe da Saofi.

Art. 90. Compete à Salog:

- I - executar as atividades de apoio administrativo;
- II - controlar, orientar e fiscalizar a execução de atividades de limpeza, manutenção, vigilância, transporte, administração de material, patrimônio, obras e comunicação;
- III - proceder à análise e ao acompanhamento dos processos licitatórios, dispensas e inexigibilidade de licitação;
- IV - acompanhar a execução de contratos, acordos e ajustes da Suest; e
- V - elaborar minutas de contratos, aditivos e acordos, submetendo-os à apreciação do Superintendente.

Art. 91. Compete ao Socom:

- I - executar as atividades relacionadas ao recebimento, à classificação, à movimentação e à expedição de correspondências e arquivos; e
- II - proceder à análise, à avaliação e seleção de documentos, segundo a Tabela de Temporalidade de Documentos vigentes.

Art. 92. Compete ao Somat:

- I - executar as atividades de administração de material e serviços, de controle de estoque físico e contábil dos materiais de consumo e insumos estratégicos;
- II - executar os procedimentos relativos a compras de materiais e contratações de serviços; e
- III - manter atualizados os registros das atividades que lhes sejam afetas nos correspondentes sistemas de informação.

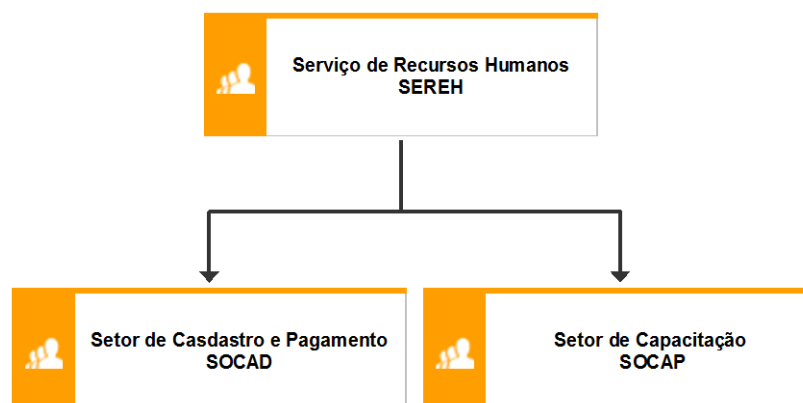
Art. 93. Compete ao Sotra:

- I - supervisionar e controlar a execução das atividades relativas a transporte de funcionários, de cargas e manutenção da frota de veículos;
- II - acompanhar e manter atualizado o cadastro de veículos, manutenção da frota em uso, registro e licenciamento, bem como acompanhar o consumo de combustíveis e lubrificantes; e
- III - acompanhar perícias para apuração de responsabilidade decorrente de má utilização ou negligência por parte dos motoristas.

Art. 94. Compete ao Sopat:

- I - executar as atividades de administração patrimonial;
- II - propor a alienação, cessão ou baixa de materiais permanentes;
- III - manter atualizados os dados do acervo de bens móveis e imóveis, inclusive contabilmente; e
- IV - elaborar o inventário anual dos bens móveis e imóveis.

SERVIÇO DE RECURSOS HUMANOS



Art. 95. Compete ao Sereh:

- I - planejar, coordenar e orientar as atividades inerentes à gestão de recursos humanos, em harmonia com diretrizes emanadas pela unidade central da Funasa;
- II - supervisionar as atividades relativas à aplicação da legislação de pessoal sob sua administração;
- III - proceder a estudos sobre lotação ideal de servidores, objetivando subsidiar estratégias de gestão de recursos humanos;
- IV - disponibilizar aos servidores informações e esclarecimentos a respeito das políticas e procedimentos relacionados a recursos humanos;
- V - propor à Cgerh o Plano Anual de Capacitação de recursos humanos; e
- VI - promover, executar e monitorar as seguintes ações da política de atenção à saúde do servidor em harmonia com a unidade central da Funasa:
 - a) perícia médica;
 - b) promoção e vigilância à saúde; e
 - c) assistência à saúde suplementar.

Art. 96. Compete ao Socad:

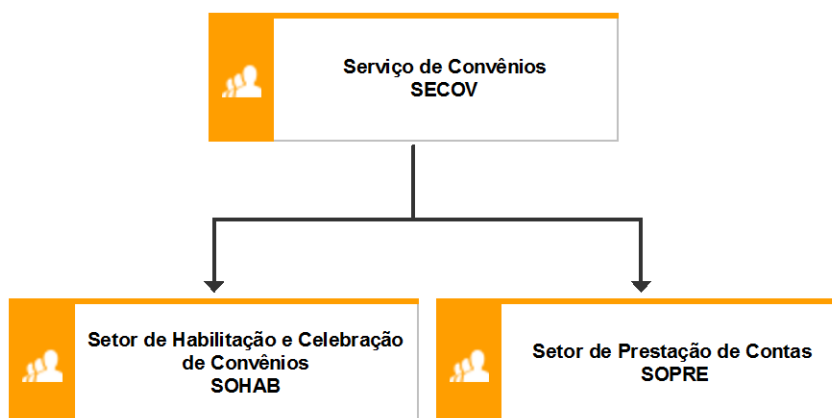
- I - acompanhar e executar as atividades de pagamento de remuneração e vantagens dos servidores ativos, aposentados e pensionistas;
- II - elaborar cálculos de direitos e vantagens decorrentes da implantação e revisão de aposentadorias e pensões e outros que impliquem em alteração de remuneração;
- III - executar as atividades de atualização cadastral, movimentação de pessoal e concessão de benefícios de servidores ativos e inativos;
- IV - promover a apresentação da declaração de bens e rendas dos servidores da Funasa, no final de cada exercício financeiro, exoneração ou afastamento definitivo, bem como encaminhar as informações ao órgão de controle externo;
- V - atualizar a documentação e assentamentos funcionais dos servidores; e
- VI - supervisionar e controlar a execução das atividades relacionadas à concessão e revisão de aposentadoria e pensão.

Art. 97. Compete à Socap:

- I - acompanhar e executar as atividades de avaliação de desempenho, de levantamento das

- necessidades e de desenvolvimento de recursos humanos;
- II - elaborar e manter cadastro de qualificação do corpo funcional e de instrutores;
 - III - elaborar e implementar programas e projetos de capacitação, de acordo com diretrizes estabelecidas pela unidade central da Funasa; e
 - IV - propor a participação de servidores em atividades de treinamento e eventos de capacitação e desenvolvimento de recursos humanos.

SERVIÇO DE CONVÊNIOS



Art. 98. Compete ao Secov:

- I - auxiliar a Coordenação-Geral de Convênios na proposição de procedimentos internos para a celebração, gerenciamento e prestação de contas de convênios, termos de compromisso e instrumentos congêneres;
- II - repassar aos setores subordinados a legislação aplicável à área, bem como normativos, portarias e instruções recebidas dos órgãos Centrais e de órgãos externos, cobrando suas aplicações;
- III - coordenar as atividades relacionadas ao gerenciamento e prestação de contas de convênios, termos de compromisso e instrumentos congêneres;
- IV - planejar, coordenar e supervisionar as atribuições dos setores subordinados; e
- V - executar atividades relacionadas a convênios determinadas pela unidade central da Funasa.

Art. 99. Compete à Sohab:

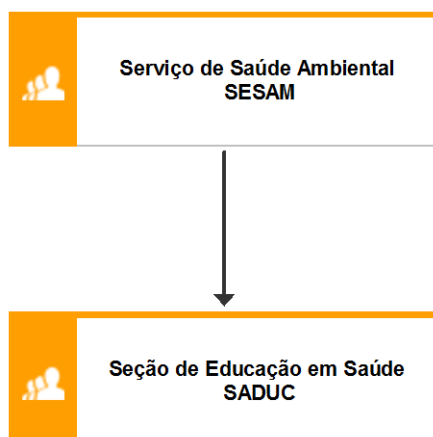
- I - coordenar e executar a análise processual de convênios, termos de compromisso e instrumentos congêneres, celebrados com entidades de sua Unidade da Federação, de acordo com a legislação vigente e com orientações das unidades centrais, executando as tarefas afeitas ao gerenciamento desses instrumentos e encaminhando documentações às autoridades competentes;
- II - solicitar informações ou complementação de informações relativas ao gerenciamento de convênios, termos de compromisso e instrumentos congêneres a setores da própria Funasa ou a órgãos externos;
- III - encaminhar informações a Coordenação de Habilitação e Celebração de Convênios com relação aos instrumentos gerenciados no setor, a fim de subsidiar as atribuições daquela Coordenação;
- IV - controlar a tramitação de processos e documentos relativos à habilitação e gerenciamento de convênios, termos de compromisso e instrumentos congêneres; e

V - executar outras atividades inerentes às suas atribuições, determinadas pelo Chefe do Serviço de Convênios.

Art. 100. Compete ao Sobre:

- I - elaborar relatórios, trimestrais e anuais, de acompanhamento e análise de prestação de contas da execução de convênios, termos de compromisso e instrumentos similares, encaminhando-os à Coordenação de Acompanhamento e Análise de Prestação de Contas de Convênios, ao fim de cada trimestre e exercício;
- II - prestar cooperação técnica aos órgãos e entidades convenientes na elaboração e apresentação de prestação de contas, em conformidade com as normas e legislação vigente;
- III - controlar e realizar cobrança de prestação de contas dos convênios, termos de compromisso e instrumentos similares celebrados no âmbito de sua atuação;
- IV - realizar a análise e a emissão de parecer parcial e final em prestação de contas de convênios, termos de compromisso e instrumentos similares;
- V - analisar a documentação de processo de prestação de contas de convênios, termos de compromisso e instrumentos similares celebrados;
- VI - atualizar os sistemas internos de gestão de convênios, termos de compromisso e instrumentos similares;
- VII - submeter ao ordenador de despesas, para aprovação, as prestações de contas dos recursos repassados mediante convênios, termos de compromisso e instrumentos similares no âmbito de sua atuação;
- VIII - controlar a tramitação de processos e documentos relativos à prestação de contas;
- IX - informar a Coordenação de Acompanhamento e Análise de Prestação de Contas de Convênios, para registro no mesmo, toda a execução das prestações de contas parcial e final de convênios, termos de compromisso e instrumentos similares celebrados pela Funasa, bem como os resultados de suas análises;
- X - propor a abertura de Tomada de Contas Especial, nos casos de inadimplência decorrente de ausência de prestação de contas e de não aprovação;
- XI - coordenar e monitorar o processo de instrução para instauração de Tomada de Contas Especial de Convênios, termos de compromisso e instrumentos similares; e
- XII - executar outras atividades inerentes às suas atribuições, determinadas pelo Chefe do Serviço de Convênios.

SERVIÇO DE SAÚDE AMBIENTAL - SESAM



Art. 101. Compete ao Sesam:

- I - coordenar, acompanhar e avaliar as atividades de saúde ambiental, em consonância com as diretrizes definidas pelo Desam;
- II - monitorar e avaliar as atividades de educação em saúde ambiental realizadas por Estados e Municípios relativas às ações de saúde ambiental e saneamento básico fomentadas pela Funasa;
- III - executar ações de apoio ao controle da qualidade da água para consumo humano provenientes de abastecimento público ou solução alternativa conforme procedimentos e padrão de potabilidade estabelecidos pelo Ministério da Saúde;
- IV - coordenar e executar ações supletivas e complementares de saúde e saneamento ambiental, em situações de risco à saúde de populações vulneráveis, em conjunto com a Divisão de Engenharia de Saúde Pública;
- V - coordenar e executar projetos e ações estratégicas de saúde ambiental, em conjunto com a Divisão de Engenharia de Saúde Pública; e
- VI - coordenar, monitorar e avaliar as ações de educação em saúde ambiental e apoio ao controle da qualidade da água realizado em comunidades especiais.

Art. 102. Compete à Saduc:

- I - executar atividades de educação em saúde ambiental, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Coordenação de Educação em Saúde Ambiental;
- II - analisar, acompanhar, avaliar e emitir parecer sobre projetos de educação em saúde ambiental, a serem implementados pelos estados e municípios, relativos às ações de saúde ambiental e saneamento básico fomentadas pela Funasa;
- III - apoiar a execução de ações estratégicas de saúde ambiental em municípios e comunidades, em situação de risco à saúde; e
- IV - atuar de forma integrada com os demais setores da Suest nas ações de sua abrangência.

Quadro A.1.3 – Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Divisão de Engenharia de Saúde Pública	Executar ações relacionadas à Saneamento Básico na Suest	Osvaldo Balduino Guedes Filho	Chefe da Divisão de Engenharia de Saúde Pública (DIESP)	01/01 a 31/12 de 2014
Serviço de Saúde Ambiental	Executar ações relacionadas à Saúde Ambiental na Suest	Francisca Eloisa Silva Santiago Elma Maria de Araújo Pimentel	Chefe do Serviço de Saúde Ambiental (SESAM)	01/01 a 21/10 de 2014 22/10 a 31/12 de 2014
Serviço de Convênios	Executar e acompanhar as ações de Gestão de Convênios	Dimitri Chaves Gomes Luna	Chefe do Serviço de Convênios (SECOV)	01/01 a 31/12 de 2014

1.4 Macroprocessos Finalísticos

MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

Os macroprocessos finalísticos compreendem o conjunto de processos que viabilizam o funcionamento coordenado e integrado dos vários subsistemas da Fundação Nacional de Saúde e que dar-se-á, às áreas finalísticas, a viabilidade para o cumprimento da missão institucional.

Com base em suas atribuições, foram identificados na Funasa três macroprocessos finalísticos: Gestão de Ações de Engenharia em Saúde Pública, Gestão de Ações de Saúde Ambiental e Gestão de Convênios. Porém, os macroprocessos Gestão de Ações de Engenharia em Saúde Pública e Gestão de Ações de Saúde Ambiental ainda não possuem seus processos mapeados.

Estes Macro Processos retratam cada área de atuação da Funasa, destacando a atuação da Presidência, como Proponente, formuladora e implementadora de ações de Saneamento e Saúde Ambiental, cabendo às Superintendências Estaduais a execução e o monitoramento dessas Ações além do controle e monitoramento da execução dos convênios.

Quadro A.1.4 – Macroprocessos Finalístico

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Gestão de Ações de Engenharia em Saúde Pública	Proposição de ações de educação em saúde pública na área de saneamento, formulação de planos e programas de saneamento e engenharia voltados para a prevenção e o controle de doenças, em consonância com as políticas públicas de saúde e saneamento, cooperação técnica a Estados e Municípios, sistemas e serviços de saneamento em áreas especiais e acompanhamento e análise de projetos de engenharia relativos às obras financiadas com recursos da Funasa. As Superintendências Estaduais atuam na execução, apoio técnico e monitoramento das ações de engenharia de saúde pública, bem como na execução de projetos de saneamento básico.	Obras de engenharia voltadas para Sistemas de Abastecimento de Água (SAA), Sistemas de Esgotamento Sanitário (SES), Resíduos Sólidos, Melhorias Sanitárias Domiciliares (MSD), Melhorias Habitacionais para controle da Doença de Chagas (MHDCD), Catadores, construção de Cisternas e Elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB).	Municípios com população abaixo de 50.000 habitantes, Consórcios Públicos e Comunidades Especiais.	Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP), Divisão de Engenharia de Saúde Pública (DIESP).
Gestão de Ações de Saúde Ambiental	Formulação e implementação de ações de promoção e proteção à saúde ambiental, ao controle da qualidade da água para consumo humano proveniente de sistemas de abastecimento público, conforme critérios e parâmetros estabelecidos pelo Ministério da Saúde; e ao apoio ao desenvolvimento de estudos e pesquisas na área de saúde ambiental. No âmbito deste macroprocesso, as	Ações de Controle da Qualidade da Água (CQA), Educação em Saúde Ambiental, Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico e Gestão de Ações Estratégicas de Saúde Ambiental.	Municípios com população abaixo de 50.000 habitantes, Consórcios Públicos e Comunidades Especiais.	Departamento de Saúde Ambiental (DESAM) e Serviço de Saneamento Ambiental (SESAM).

	Superintendências Estaduais atuam no monitoramento e execução das ações de controle da qualidade de água para consumo humano proveniente de sistemas de abastecimento público, bem como na capacitação de municípios e mobilização social no que se refere à Saúde Ambiental.			
--	---	--	--	--

Gestão de Convênios	Comporta todos os processos relativos à celebração, execução e prestação de contas de convênios de Saneamento Básico e Saúde Ambiental, Estudos e Pesquisas e Cooperação Técnica. Vinculado a este macroprocesso temos os convênios de transferência voluntária e de ações do PAC - Programa de Aceleração do Crescimento (transferência obrigatória). As Superintendências Estaduais operacionalizam uma etapa deste macroprocesso atuando na celebração, prestação de contas e no controle das execuções dos convênios, prestando as informações necessárias à Presidência da Funasa.	Celebração, acompanhamento da execução e Prestação de Contas de Convênios	Municípios com população abaixo de 50.000 habitantes, Consórcios Públicos e Comunidades Especiais.	Coordenação Geral de Convênios (CGCON) e Serviço de Convênios (SECOV).
---------------------	--	---	--	--

O mapeamento dos processos de convênios da Funasa foi realizado no ano de 2009 no intuito de padronizar, normatizar e institucionalizar os procedimentos de “Gestão de Convênios”, bem como fazer com que os colaboradores da Funasa compreendam o mesmo. Esse mapeamento foi realizado pela Coordenação de Modernização/Cgmti/Deadm junto às coordenações subordinadas da Coordenação Geral de Convênios/Deadm e serviu de subsídio para a identificação das etapas necessárias ao desenvolvimento e melhorias dos sistemas de convênios da Funasa. Entre os principais processos mapeados encontram-se os listados abaixo:

Processo	Principais Atividades
Gestão de Transferência Voluntária	Cadastramento Celebração Análise e Aprovação do Projeto Pagamento Prorrogação Prestação de Contas

Gestão de Transferência Obrigatória PAC	Cadastramento Celebração Análise e Aprovação do Projeto Pagamento Prorrogação Prestação de Contas
---	--

Os macroprocessos finalísticos mapeados encontram-se à disposição para serem verificados no seguinte endereço: <http://www.funasa.gov.br/macro-processos/index.htm>

2 INFORMAÇÕES SOBRE A GOVERNANÇA

2.1 Estrutura de Governança

A FUNASA possui em sua estrutura uma Unidade de Auditoria Interna - AUDIT, que possui como competências, na forma do regimento interno da Instituição, o que se segue:

I - acompanhar e fiscalizar a gestão das políticas públicas, bem como a execução dos programas de governo a cargo da Funasa;

II - verificar a legalidade e avaliar os resultados da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Funasa;

III - planejar, executar e acompanhar os trabalhos de auditorias preventivas e corretivas nos órgãos e unidades descentralizadas da Funasa, inclusive nos entes responsáveis pela movimentação de recursos transferidos mediante convênio, acordo, ajuste ou instrumentos similares;

IV - acompanhar e apoiar os órgãos de controle interno e externo em sua missão institucional; e

V - promover a instauração de sindicâncias, processos administrativos disciplinares e tomadas de contas especiais.

A AUDIT é uma Unidade Seccional da estrutura da Presidência desta Fundação, com vinculação técnica junto à Controladoria Geral da União/CGU, sendo importante destacar que a Unidade de Correição da FUNASA também integra a Auditoria Interna. A Corregedoria – COREG é responsável por ações de prevenção e apuração de irregularidades que impliquem instauração e condução de procedimentos correccionais.

Portanto, as Superintendências Estaduais não possuem estrutura de auditoria interna, sendo da AUDIT a competência pelas ações de controle na forma do Estatuto e Regimento Interno da FUNASA e cabendo às Superintendências Estaduais o atendimento de recomendações emanadas da Unidade de Auditoria Interna e atendimento de diligências a elas direcionadas, bem como, por óbvio, zelar pelo cumprimento de normas e procedimentos afetos a cada área de atuação da SUEST.

Por fim, esclarecemos que a FUNASA não tem institucionalizado comitês de avaliações e, por sua natureza jurídica, não se utiliza de auditoria independente e não possui conselhos externos.

2.2 Atuação da unidade de auditoria interna

NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA

2.3 Sistema de Correição

A UJ possui servidores capacitados e aptos para desenvolver qualquer atividade correicional, com exceção da sindicância patrimonial, Todavia o número de servidores treinados ainda é baixo,

considerando a dimensão da organização funcional da Funasa, além de que com a criação da Secretaria Especial de Saúde Indígena, um número expressivo de servidores que atuavam efetivamente na execução dessa atividade, foi redistribuído.

A UJ tem garantido o suporte logístico (sala reservada, material de expediente e suporte financeiro e locomoção) para o desenvolvimento eficaz dos trabalhos disciplinares e/ou investigativos.

A UJ tem competência para instaurar e julgar as ações correicionais, com fulcro no art. 1º, I e II, da Portaria nº 504/2014, e a responsabilidade de garantir às comissões a estrutura e suporte necessário para o desenvolvimento dos trabalhos com base no art. 13 da Ordem de Serviço nº 01/2012 (ambas se constitui em norma interna da Funasa).

No 2º semestre de 2014, por solicitação da Suest/MG, foi realizada uma oficina de relatório e indiciamento em processo administrativo disciplinar, por técnicos da Corregedoria/Funasa/Presidência, com carga horária de 40h, para servidores daquela unidade enfocando, especialmente, na elaboração de indiciamento e relatório final, em PAD e Sindicância.

Das principais atividades efetivadas no ano de 2014, da Corregedoria, se destacam:

1º - A descentralização do registro das atividades correicionais no sistema CGU-PAD, para as Superintendências;

2º- Melhoria no controle da instauração da atividade correicional indicando, preliminarmente, o procedimento adequado para apuração de responsabilidade pela Superintendência Estadual, de todas as comunicações de possíveis irregularidades administrativas identificadas nos Estados, nos termos do art. 1º, parágrafo único, da Portaria nº 504/2014;

3º- Manter a implementação da Política de Uso do Sistema CGU-PAD, pela Funasa, na forma da Portaria nº 1.005/2013;

4º - utilização/alimentação do sistema CGU-PAD, nas Superintendências, pelos servidores capacitados;

5º - A realização de inspeção correicional em oito Superintendências Regionais com o objetivo de obter informações e documentos, necessários a medir o cumprimento de normas, orientações técnicas, recomendações e determinações relativas às atividades correicionais, com fulcro no art. 2º, III e do art. 5º, VII, ambos do Decreto 5.480/2005, da Controladoria-Geral da União - CGU e Portaria/Funasa nº 718/2014, tendo como norte a verificação *in loco* das gestões e atividades correlatas instauradas e a instaurar, a cargo das Unidades Descentralizadas da **Funasa**.

Arcabouço Legal:

- Lei 9.962, de 22.2.2000 – dispõe sobre o regime de emprego público do pessoal da Administração federal direta, autárquica e fundacional;
- Lei 9.784, de 29.1.1999 – regula o processo administrativo no âmbito da Administração Público Federal;
- Lei 8.745, de 9.12.1993 – dispõe sobre o procedimento administrativo para os servidores temporários;

- Lei 8.112, de 11.12.1990 – Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

Normativos internos da Funasa:

- Portaria nº 718, de 29.8.2014 - regulamenta a ação de inspeção correicional na **Funasa**.
- Portaria nº 1.005, de 13.8.2013 – dispõe sobre a Política de Uso do sistema CGU-PAD;
- Portaria nº 940, de 26.11.2012 – dispõe sobre o Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta;
- Portaria nº 504, de 16.6.2014 – delega competência aos superintendentes para instaurar e julgar atividades correicionais;
- Portaria nº 653, publicada no DOU de 6.12.1995 – adotou o Manual de Procedimentos Administrativos em Sindicância e processo disciplinar;
- Ordem de Serviço nº 1, de 4.6.2012 – normatiza os procedimentos correicionais, formação e atuação de comissão.

Normativos da CGU:

- Decreto nº 5.480, de 30.6.2005 – dispõe sobre o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal;
- Portaria nº 1.043, de 24.7.2007 – estabelece o uso do sistema CGU-PAD;
- Portaria nº 335, de 30.5.2006 – regulamenta o sistema de correição do Poder Executivo Federal;
- Instrução Normativa nº 12, de 1.11.2011 – dispõe sobre o uso da videoconferência;
- Instrução Normativa nº 04, de 17/02/2009 – cria o Termo Circunstanciado Administrativo;
- Enunciados da Controladoria-Geral da União – CGU;
- Manual de Processo Administrativo Disciplinar da CGU.

2.4 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

Quadro A.2.4 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	

2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.			X		
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.			X		
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	

Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Escala de valores da Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria . (3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria . (5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

ANÁLISE CRÍTICA:

Após a análise conjunta dos gestores das áreas técnicas desta UJ, consideramos importantes as seguintes observações como causa dos resultados obtidos na presente avaliação:

- Em função da missão institucional da Funasa, torna-se imprescindível a utilização de seu site(internet: www.funasa.gov.br) como fonte de comunicação de suas ações aos interessados e a sociedade, bem como a utilização da Intranet, email e o CIF(comunicador on-line), ferramentas de comunicação interna que agilizam o processo de troca de informações entre todos os servidores da FUNASA.
- Para monitoramento, avaliação e controle das atividades desenvolvidas pela UJ são utilizados os sistemas informatizados MS PROJECT e B.I.(Business Intelligence) que vem contribuindo para gestão da competência institucional.
- Além das ferramentas já citadas, existem em todas as áreas da instituição sistemas informatizados para a rotina dos trabalhos, sendo: SIAFI(Financeiro), SIAPE(Recursos Humanos), SIASG e COMPRASNET(Área de Compras), Sistema ASIWeb(Almoxarifado e Patrimônio), SCDWeb(Sistema de acompanhamento Processual), SICOTWeb(Área de Transporte) e (SISCON, SIGA, SICONV, SISMOG e SIGESAN)(áreas de Convênios e Engenharia) e CGU/PAD – Processos Correccionais de Sindicância e Processos Administrativos Disciplinares, utilizado por servidor cadastrado.

- Os sistemas informatizados tem sido de fundamental importância para o processo de trabalho e transparência a sociedade e aos órgãos de controle.
- Todas as atribuições da UJ estão instituídas através de organograma, Regimento, Decretos e Portarias, conforme o nível hierárquico de sua competência – Ministério da Saúde, Funasa, Presidência e Superintendência Estadual.

3 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.

3.1 Canais de acesso do cidadão

A Funasa, visando atender o disposto na Lei 12.527/2011, regulamentada pelo Decreto nº 7.724/2012, além de ter em seu site oficial - www.funasa.gov.br, a disponibilização de informações sobre a instituição, informações de interesse externo e possíveis parceiros e usuários dos serviços prestados pelo Governo Federal através desta casa, disponibiliza o canal de comunicação direto com o cidadão - o Serviço de Informações ao Cidadão - SIC, que tem por objetivo, atender o cidadão que deseja acesso às informações públicas sobre a atuação da Funasa, seja do nível central - Presidência, seja das suas Unidades Descentralizadas - Superintendências Estaduais.

O Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) é a unidade física existente em todos os órgãos e entidades do poder público, em local identificado e de fácil acesso, e têm como objetivos:

- Atender e orientar o público quanto ao acesso a informações;
- Conceder o acesso imediato à informação disponível;
- Informar sobre a tramitação de documentos nas suas respectivas unidades;
- Protocolizar documentos e requerimentos de acesso a informações.

O cidadão pode solicitar acesso às informações públicas da Funasa de três maneiras:

- Através do e-mail sic@funasa.gov.br;
- Por meio do sistema e-sic desenvolvido pela Controladoria-Geral da União para concentrar e controlar os pedidos de acesso à informação no âmbito do Poder Executivo Federal (<http://www.acessoainformacao.gov.br/sistema>), no qual o cidadão se cadastra para poder solicitar informações pública de qualquer órgão do Poder Executivo Federal; e
- Pessoalmente, por meio de requerimento feito junto ao SIC-Funasa localizado no Edifício-Sede da **Funasa** 2º andar – Ala Sul, SAUS – Quadra 04 – Bloco “N”, Brasília/DF CEP: 70070-040, Telefone: (61) 3314-6121/6612. Vale ressaltar que o SIC Funasa, em que pese estar localizado em Brasília, tem por atribuição atender aos pedidos de informação oriundos das 26 Superintendências Estaduais da Funasa.

No ano de 2014 o SIC-Funasa recebeu 339 (trezentos e trinta e nove) pedidos de acesso a informações, todos devidamente atendidos dentro de 20 dias, prazo estipulado em lei.

Quanto à transparência ativa que ocorre quando a entidade divulga dados por iniciativa própria, sem ter sido solicitada, a Fundação Nacional de Saúde disponibiliza no sítio [http:// www.funasa.gov.br](http://www.funasa.gov.br) informações referentes à ações e programas de Engenharia de Saúde Pública e Saúde Ambiental; legislação; licitações e contratações; convênios e editais.

Vale ressaltar que o SIC-Funasa cuida tão somente dos pedidos de acesso à informações, de modo que em casos de sugestões, denúncias e demais solicitações o cidadão tem a sua disposição outro

canal de comunicação que é o Fale Conosco (<http://www.funasa.gov.br/site/fale-conosco/>), gerenciado pela Coordenação de Comunicação Social.

3.2 Carta de Serviços ao Cidadão

NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA

3.3 Mecanismos para medir a satisfação dos produtos e serviços

A FUNASA não atende diretamente aos cidadãos-usuários ou clientes dos produtos e/ou serviços.

As informações institucionais são divulgadas através do site <http://www.funasa.gov.br/site/>.

Disponibilizamos como mecanismo o questionário de satisfação em relação ao próprio site.

3.4 Acesso às informações da unidade jurisdicionada

Os acessos podem ser realizados pelos sites:

<http://www.funasa.gov.br/site/>

<http://www.funasa.gov.br/site/aceso-a-informacao/>

<http://www.funasa.gov.br/site/fale-conosco/>

<http://www.funasa.gov.br/site/conheca-a-funasa/prestacao-de-contas/>

3.5 Avaliação de desempenho da unidade jurisdicionada

A FUNASA vem envidando esforços em definir mecanismos para medir a satisfação dos cidadãos/usuários mas que ainda está em fase de elaboração.

3.6 Medidas Relativas à acessibilidade

A FUNASA vem envidando esforços em atender as normas relativas à acessibilidade.

4 AMBIENTE DE ATUAÇÃO

4.1 Informações do ambiente de atuação da unidade jurisdicionada

a) Caracterização e o comportamento do mercado de atuação:

Considerando a natureza jurídica da instituição, ou seja, uma fundação pública vinculada ao Ministério da Saúde, instituída com base no disposto no art. 14, da Lei nº. 8.029, de 12 de abril de 1990, há que se levar em conta que o seu ambiente de atuação está conformado dentro do contexto da saúde pública brasileira, notadamente, de acordo com a sua missão, nas áreas de saúde ambiental e saneamento ambiental, com vistas à promoção da saúde e a inclusão social de parcelas da população carentes desse tipo de ações.

Nesta perspectiva, o seu leque de atuação se dá estritamente no âmbito de uma importante política pública, traduzida nas diversas ações que a integram e que, em relação àquelas a cargo da Fundação Nacional de Saúde – Funasa, têm por interesse a melhoria das condições de saúde das populações residentes em municípios com até 50 mil habitantes, às populações rurais, reservas extrativistas, comunidades remanescentes de quilombos, e populações ribeirinhas, via transferência de recursos orçamentários a partir de critérios de seleção de natureza epidemiológica, ambiental e sócio econômico, bem como o desenvolvimento de ações de saúde ambiental relacionadas às estabelecidas pelo Subsistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental, que tem como público alvo, além dos já mencionados anteriormente, os entes municipais e estaduais.

Assim, o “Pacto pelo Saneamento Básico: mais saúde, qualidade de vida e cidadania”, foi aprovado em julho de 2008 e homologado em dezembro de 2008. O documento foi norteado pelo entendimento na construção de caminhos e soluções para a universalização do acesso ao saneamento básico e à inclusão social e teve por propósito mobilizar diversos segmentos da sociedade para a construção do Plano, bem como seu engajamento para o alcance dos objetivos e metas propostos.

Em setembro de 2008, por meio da Portaria nº 462, instituiu-se o Grupo de Trabalho Interministerial – GTI “com o propósito de estruturar o projeto estratégico de elaboração do Plano Nacional de Saneamento Básico”, composto pelo Ministério das Cidades (Secretarias Nacionais de Saneamento Ambiental - SNSA, de Habitação - SNH, de Transporte e Mobilidade Urbana - SeMob e Secretaria Executiva do Conselho Nacional das Cidades - ConCidades) -; pelo Ministério do Meio Ambiente (Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano - SRHU e Agência Nacional de Águas - ANA); pelo Ministério da Saúde (Secretaria de Vigilância em Saúde - SVS e Fundação Nacional de Saúde - Funasa); pelo Ministério da Integração Nacional (Secretaria de Infraestrutura Hídrica – SHI e Cia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf) e pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Paralelamente, o ConCidades instituiu o Grupo de Acompanhamento (GA), formado por representantes dos diferentes segmentos que compõem o Comitê Técnico de Saneamento Ambiental (CTS).

No plano internacional, dois marcos referenciais, aprovados no âmbito da Organização das Nações Unidas e estreitamente relacionados ao Plansab, merecem registro: (i) os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, firmado pelo Brasil e outros 190 países, em setembro de 2000, prevendo, entre outras metas relacionadas ao saneamento básico, a redução em 50%, até 2015, da

parcela da população que não tinha acesso à água potável e ao esgotamento sanitário no ano de 1990; (ii) a Resolução A/RES/64/292, da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 28 de julho de 2010, apoiada por 122 nações, com 41 abstenções e nenhum voto contrário, com forte suporte da diplomacia brasileira, e que trata dos direitos à água e ao esgotamento sanitário, afirma ser o acesso à água limpa e segura e ao esgotamento sanitário adequado a um direito humano, essencial para o pleno gozo da vida e de outros direitos humanos.

b) Principais empresas que atuam ofertando produtos e serviços similares ao da unidade jurisdicionada:

Em relação às competências institucionais, e aos atores responsáveis, neste caso, à consecução da política pública, diversos órgãos no governo federal, respondem por programas e ações em saneamento básico. No tocante aos recursos do Orçamento Geral da União (OGU), diversas são as instituições federais atuantes no setor.

Conforme o Plano Plurianual de Investimentos – PPA 2012-2015, a atuação do Ministério das Cidades é dirigida a municípios com população superior a 50 mil habitantes ou integrantes de regiões metropolitanas ou regiões integradas de desenvolvimento (RIDEs).

À Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) do Ministério da Saúde, o PPA reserva o atendimento a municípios com até 50 mil habitantes, áreas rurais, quilombolas e sujeitas a endemias. Por outro lado, no mesmo ministério, à Secretaria de Vigilância em Saúde cabe dispor sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade.

À Secretaria Especial de Saúde Indígena cabe executar ações de vigilância e controle da qualidade da água para consumo humano nas aldeias. À Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) cabe exercer a vigilância da qualidade da água nas áreas de portos, aeroportos e passagens de fronteiras terrestres.

O Ministério do Meio Ambiente (MMA), por sua vez, é responsável pela formulação e implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, conforme Lei nº 12.305/2010, bem como pela capacitação e desenvolvimento institucional de estados e municípios nesse componente. Atualmente, esse Ministério, por meio da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano (SRHU), tem atuado na capacitação e assistência técnica com vistas à implementação da gestão regionalizada dos resíduos sólidos. Nesse contexto, visando orientar diretrizes, metas, programas e ações no âmbito da política de resíduos sólidos, foi elaborado o Plano Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), que buscou compatibilidade com a proposta do PLANSAB.

Ainda no âmbito do MMA, destaca-se a atuação da Agência Nacional de Águas (ANA), responsável pela implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, na qual o saneamento básico configura-se como um importante setor usuário das águas superficiais e subterrâneas. Além das atividades inerentes à regulação do uso das águas interiores, como a outorga de direito do uso da água para abastecimento e para a diluição de efluentes, a ANA desenvolve ações específicas voltadas ao setor de saneamento, como a elaboração do Atlas Brasil - Abastecimento Urbano de Água e o Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas (PRODES), voltado à operação eficiente das estações de tratamento de esgotos, além de estudos hidrogeológicos em regiões metropolitanas e mapeamento de áreas de risco mais susceptíveis à ocorrência de inundações.

Em vista desta moldura legal e institucional, o Plansab vem, portanto, dar cumprimento aos ordenamentos legais relativos ao setor de saneamento básico, representando o resultado de esforço dos vários órgãos federais com atuação na área, sob coordenação do Ministério das Cidades por meio da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental (SNSA).

c) Contextualização dos produtos e serviços ofertados pela unidade jurisdicionada em relação ao seu ambiente de atuação:

À Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) do Ministério da Saúde, o PPA reserva o atendimento a municípios com até 50 mil habitantes, áreas rurais, quilombolas e sujeitas a endemias. Nesse contexto, os principais serviços ofertados são:

Engenharia de Saúde Pública

A estreita relação entre as condições ambientais, os problemas sanitários e o perfil epidemiológico das doenças e agravos integra definitivamente as ações de saneamento da **Funasa** ao Sistema Único de Saúde (SUS), visando à prevenção de doenças.

Nessa área, a **Funasa** está implementando o programa Saneamento para Promoção da Saúde, que tem por meta, em quatro anos, beneficiar 60% dos municípios brasileiros com, aproximadamente, 35 milhões de pessoas.

Entre as ações a serem desenvolvidas para a prevenção de doenças e controle de agravos estão a construção e ampliação de sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, além da implantação de melhorias sanitárias domiciliares.

A **Funasa** está, ainda, implantando, ampliando ou melhorando os sistemas de tratamento e destinação final de resíduos sólidos, principalmente em áreas de proliferação do mosquito *Aedes aegypti*, efetivando a drenagem e o manejo ambiental em áreas endêmicas de malária e fazendo obras de engenharia em habitações visando ao controle da doença de Chagas.

Fazem parte das prioridades da **Funasa** a promoção, o apoio técnico e financeiro ao controle de qualidade da água para consumo humano; o estímulo e financiamento de projetos de pesquisa em engenharia de saúde pública e saneamento; e o apoio técnico a estados e municípios para a execução de projetos de saneamento, passando por estratégias de cooperação técnica.

Saúde Ambiental

Na área de Saúde Ambiental, compete a Funasa planejar, coordenar, supervisionar e monitorar a execução das atividades relativas:

- à formulação e implementação de ações de promoção e proteção à saúde ambiental, em consonância com a política do Subsistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental;
- ao controle da qualidade de água para consumo humano proveniente de sistemas de abastecimento público, conforme critérios e parâmetros estabelecidos pelo Ministério da Saúde; e
- ao apoio ao desenvolvimento de estudos e pesquisas na área de saúde ambiental.

d) Ameaças e oportunidades observadas no seu ambiente de negócio:

Ameaças:

- Baixa capacidade técnica e operacional dos municípios parceiros, em razão de suas características;
- Baixa capacidade de gestão dos parceiros aos quais são transferidos os recursos orçamentários para a implementação das ações financiadas.

Oportunidades:

- Implantação, pelo Governo Federal, de políticas públicas de saneamento e de saúde ambiental, de âmbito nacional, que tenham por interesse mitigar as vulnerabilidades às quais estão submetidas as populações rurais, extrativistas, remanescentes de quilombos, assentamentos da reforma agrária, e em municípios com até 50 mil habitantes que apresentam indicadores de saúde desfavoráveis.

e) Informações gerenciais sucintas sobre o relacionamento da unidade jurisdicionada com os principais clientes de seus produtos e serviços:

As Superintendências Estaduais - Suests – braços executores da instituição – se relacionam com os diversos entes da sua região de abrangência, a partir de propostas e realização de pactos de atuação, traduzidos em convênios, termos de compromisso, acordos de cooperação e demais congêneres, visando, em última instância a melhoria da qualidade de vida da população inserida numa realidade, em que se quer intervir. Dessa forma, é estabelecido o intercâmbio de informações, via presencial ou eletronicamente, a fim de que os pactos laborais estejam em conformidade com as normativas técnicas que regulam o assunto, quer seja em nível interno, quanto externo.

Durante o desenvolvimento dos compromissos assumidos, a Suest atua supervisionando técnica e administrativamente os instrumentos celebrados, com vistas à sua efetivação e a consequente prestação de contas, a fim de comprovar a boa e regular aplicação dos recursos públicos.

f) descrição dos riscos de mercado e as estratégias para mitigá-los:

As diretrizes políticas do governo federal para a área da saúde pública, aqui incluídas as ações de prevenção, promoção, e proteção, não permitem antever quaisquer riscos de interrupção ou até mesmo de extinção de órgãos que prestam esses serviços considerados essenciais e necessários para que o país possa avançar e alcançar melhores indicadores de saúde.

Desse modo, em sendo a instituição, uma estrutura de governo, portanto responsável pela execução de políticas públicas, sob sua responsabilidade, não há por que desenhar-se cenários de piso que apontem para possíveis riscos, em seu ambiente de atuação.

Diante disso, não há necessidade de estabelecimento de estratégias para mitigar riscos considerados inexistentes, até porque, conforme disposto em capítulo específico na Constituição Brasileira, a saúde é um bem de todos e dever do estado, e a Fundação representa o estado, ao desenvolver ações de saúde e saneamento ambiental para a população adstrita à sua área de atuação.

g) Principais mudanças de cenários ocorridas nos últimos exercícios:

A alteração da estrutura da Funasa, por intermédio do Decreto nº 7.335 de 19 de outubro de 2010,

que incorporou o Departamento de Saúde Ambiental e transferiu para o Ministério da Saúde a responsabilidade sobre a atuação da área de Saúde Indígena.

h) as informações referenciadas nas alíneas “a” a “g” acima devem ser contextualizadas, também, em relação ao ambiente de atuação de eventuais unidades descentralizadas com autonomia de atuação.

As Superintendências Estaduais da Funasa, estruturada em uma sede em cada Estado da Federação, não tem autonomia de atuação, sendo as unidades executora dos compromissos assumidos pela Instituição.

Fontes:

- 1) TERMO DE REFERÊNCIA PARA ELABORAÇÃO DE PLANOS MUNICIPAIS DE SANEAMENTO BÁSICO - 2012;
- 2) PLANO NACIONAL DE SANEAMENTO BÁSICO - 2013;
- 3) DECRETO Nº 7.335 DE 19 DE OUTUBRO DE 2010.

5 PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS

5.1 Planejamento da unidade

a) Descrição sintética dos planos estratégico, tático e operacional que orientam a atuação da unidade

O processo de planejamento da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) iniciou-se com a revisão do referencial estratégico, a partir da definição da sua nova missão, visão e valores, considerando os pontos fortes e fracos dentro do horizonte estabelecido. Passando em seguida pela etapa de elaboração e pactuação do plano de ação tendo sido definido como ferramenta tecnológica de gestão, o MS Project (aplicativo voltado para o gerenciamento de projetos, onde se pode planejar, implementar e acompanhar as ações).

O MS Project esta sendo utilizado para o planejamento, a implementação e o acompanhamento das ações pactuadas em todos os níveis (Presidência e Superintendência), e se deu de forma colegiada, possibilitando a reflexão quanto ao alcance dos resultados pretendidos, considerando a factibilidade dos prazos. O caráter dinâmico de todo o processo de planejamento pressupõe o estabelecimento de novas estratégias, subsidiando a tomada de decisão tempestiva quanto à necessidade de novas intervenções ou medidas.

O processo de Planejamento consistiu na pactuação de um conjunto de medidas (Ações e Atividades), registradas no MS Project, consideradas indispensáveis ao enfrentamento das dificuldades reconhecidas pela instituição e, simultaneamente, daquelas suficientes para o alcance dos resultados almejados; sobretudo aqueles que guardam correspondência com as políticas públicas, planos, programas, objetivos e metas governamentais de responsabilidade da Fundação Nacional de Saúde.

Na primeira etapa deste processo, houve a definição das estratégias e diretrizes gerais do Plano de Ação realizada durante reuniões agendadas especificamente para este fim (reunião de diretoria e reunião de diretoria ampliada). Definidas as estratégias e diretrizes gerais, cada diretoria consolidou no MS Project, as ações necessárias que lhes competem executar, levando-se em consideração atividades, tempo e recursos (humanos, logísticos e orçamentários).

Em um segundo momento as diretorias identificaram no conjunto de ações e tarefas registradas no MS Project, aquelas que são de competência e responsabilidade das Superintendências Estaduais (SUEST) e que, portanto, deverão ser objeto de desdobramento nos Planos de Ação da Suest. Após esta etapa, as ações e tarefas são apresentadas em reunião de diretoria, no MS Project, para socialização das informações, pactuação de prazos e demais considerações pertinentes.

Por fim, após o nivelamento em reunião de diretoria, as ações e tarefas, registradas no MS Project, foram apresentadas em reunião de planejamento, com a participação das áreas técnicas da Presidência e das Superintendências Estaduais (SUEST), para pactuação e deliberação quanto aos possíveis desdobramentos, responsáveis e prazos no nível das Superintendências

b) Demonstração da vinculação do plano da unidade com suas competências constitucionais, legais ou normativas e com o PPA

O processo de planejamento, por competência institucional, está localizado no nível central da

instituição, e conta, sempre que necessário, com a participação de representações das suas esferas estaduais. Conforme é de conhecimento foram definidos os seguintes componentes que conformam o arco do processo, desde a sua planificação até a sua avaliação: elaboração do referencial estratégico contemplando a missão institucional, visão de futuro e valores. Com relação aos objetivos estratégicos, estes foram definidos em conformidade com os órgãos de interesses convergentes, Ministério da Saúde, Ministério das Cidades, Ministério da Integração Nacional e Ministério do Meio Ambiente, por ocasião da elaboração do Plano Plurianual de Governo para o período de 2012 a 2015. As metas trabalhadas foram estabelecidas pela própria instituição, e se encontram também elencadas no Plano Plurianual de Governo, do mesmo período. Os movimentos de monitoramento e avaliação, em nível interno, ainda não estão sistematizados, embora já se tenha elaborado uma planilha de indicadores de gestão - que auxiliam no processo de monitoramento - e de desempenho institucional, que são utilizados quando do processo de avaliação institucional. A título de ratificação, a ligação do processo de planejamento com o Plano Plurianual e seus componentes é de competência da Presidência da instituição.

Por tudo isso, depreende-se que a Superintendência Estadual, por ser uma unidade descentralizada da estrutura central, não tem um processo de planejamento autônomo, desvinculado do da presidência. Em outras palavras, as macrodecisões sobre em que bases planejar, bem assim a escolha de demais critérios que norteiam a feitura desses documentos são de responsabilidade da presidência da instituição, e acontecem no seu espaço de atuação.

Com relação a plano de trabalho, no ano de 2014, foi instituído para as Superintendências Estaduais, um plano de ação, baseado na ferramenta MS-Project, com atributos de abrangência nacional e estadual, expressos por projetos, ações, subações, tarefas, responsáveis, e prazo de execução, em correlação com as metas e objetivos estratégicos definidos no plano estratégico da instituição, numa escala ascendente.

As Superintendências, portanto, ao executarem o seu plano de trabalho, contribuem para o alcance, em primeiro lugar, das metas estabelecidas pela instituição, e, por consequência, com os objetivos estratégicos estabelecidos. Esse é o nível de atuação das Superintendências, no espectro do processo de planejamento estratégico desenvolvido pela Fundação.

c) Principais objetivos estratégicos da unidade para o exercício de 2014 e as estratégias adotadas para sua realização e para o tratamento dos riscos envolvidos.

Em cumprimento aos objetivos estratégicos definidos pela FUNASA/Presidência para o exercício de 2014, a Superintendência Estadual da Funasa na Paraíba executou as seguintes ações:

- Liberação de parcelas de convênios no valor de R\$ 44.356.209,36 (quarenta e quatro milhões, trezentos e cinquenta e seis mil, duzentos e nove reais e trinta e seis centavos); Emissão de 115 (cento e quinze) Pareceres Financeiros de prestação de contas parciais e finais; Instauração de 39 Cobranças Administrativas e 2 (duas) Tomadas de Contas Especiais; Conclusão de 10 (dez) processos de Tomadas de Contas Especiais.
- Nas ações de Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário, Melhoria Habitacional para Controle da Doença de Chagas (MHCD), Melhorias Sanitárias Domiciliares (MSD) e Resíduos Sólidos, foram realizadas 87 (oitenta e sete) visitas técnicas de fiscalização ao acompanhamento gerencial de convênios para emissão de parecer técnico final e 43 (quarenta e três) visitas técnicas para emissão de pareceres técnicos parciais; Realizou 74 análises e aprovação de Termos de Compromisso e Convênios, sendo 32 para definição de

parcelas, 02 publicação de Convênios e 40 para assinaturas/celebrações; Fez 58 reanálises técnica em processos e 37 visitas técnicas nos Convênios e Termos de Compromisso do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC); Fiscalização de

- Acompanhamento Gerencial em 37 Convênios/Emendas Parlamentares/Termos de Compromisso e PAC para liberação de segunda parcela; 06 para liberação de terceira parcela; 56 com todas as parcelas pagas.
- Existem, hoje, em execução e com acompanhamento gerencial, 99 (noventa e nove) Termos de Compromisso/PAC ou Convênios/Emendas Parlamentares, destacando-se as obras do PAC ESTIAGEM celebrados com o Governo do Estado para Ampliação dos Sistemas de Abastecimento de Água nas cidades de Princesa Isabel no valor de R\$ 7.999.999,64 (sete milhões, novecentos e noventa e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e sessenta e quatro centavos); Piancó R\$ 5.895.318,74 (cinco milhões, oitocentos e noventa e cinco mil, trezentos e dezoito reais e setenta e quatro centavos); Triunfo R\$ 7.356.936,41 (sete milhões, trezentos e cinquenta e seis mil, novecentos e trinta e seis reais e quarenta e um centavos) e Riacho dos Cavalos R\$ 13.829.630,46 (treze milhões, oitocentos e vinte e nove mil, seiscentos e trinta reais e quarenta e seis centavos);
- Aprovados 52 Projetos de Água e Esgoto no Total de R\$ 139.416.147,85 (cento e trinta e nove milhões, quatrocentos e dezesseis mil, cento e quarenta e sete reais e oitenta e cinco centavos);
- Construção dos Sistemas de Esgotamento Sanitário nas cidades das margens da Bacia do Rio São Francisco; Análise e Aprovação de Convênios com a Cooperativa dos Trabalhadores de Materiais Recicláveis - COTRAMARE, no valor de R\$ 1.506.704,00 (um milhão, quinhentos e seis mil, setecentos e quatro reais); Participação em Pesquisas em Saneamento Ambiental com a UEPB, no valor de R\$ 476.467,00 (quatrocentos e setenta e seis mil, quatrocentos e sessenta e sete reais);
- Consórcio de Resíduos Sólidos do Rio do Peixe no valor de R\$ 5.210.500,00 (cinco milhões, duzentos e dez mil e quinhentos reais); Estão em andamento as obras do Consórcio de Melhoria Habitacional para Controle da Doença de Chagas do Vale do Piancó no valor de R\$ 26.000.000,00 (vinte e seis milhões de reais) e do Cariri Ocidental no valor de R\$ 19.590.000,00 (dezenove milhões quinhentos e noventa mil reais).

5.2 Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados

NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA

5.3 Informações sobre outros resultados da gestão

Informamos outros resultados decorrentes do plano estratégico realizados pela Superintendência Estadual da FUNASA na Paraíba no exercício de 2014:

- **Continuidade ao programa de ações da Agenda Ambiental da Administração Pública – A3P**, a Funsa/PB distribuiu canecas tipo squeeze personalizadas com a logomarca da Instituição à todos os servidores; Realizou a aquisição de lixeiras para coleta seletiva de

lixo; Faz uso do papel A4 reciclado; Utiliza-se da impressão frente e verso nos documentos e trabalhos realizados; Adesão à tarifa verde da Companhia de Distribuição de energia (ENERGISA).

- **Realizou** licitação para contratação do Projeto Básico da Reforma da Sede; Celebração de 17 contratos administrativos que estão vigentes.
- **Intensificou a divulgação do Edital de Chamamento de Educação em Saúde Ambiental** através dos eventos que realizou, a exemplo do Curso de Estruturação e Implementação de Consórcios Públicos de Saneamento, reunião técnica, sala de situação, 1º Fórum Paraibano de Água e Saúde Ambiental.
- **Promoveu a interação com outros órgãos através de reuniões e conferências no sentido de discutir assuntos relacionados a:** Planejamento da Rede Lixo e Cidadania - PB; Construção de um trabalho articulado junto à Secretaria de Estado dos Recursos Hídricos do Meio Ambiente e da Ciência e Tecnologia – SERMACT, no âmbito da Política Nacional de Resíduos Sólidos e na busca de soluções sobre o Projeto de Integração do Rio São Francisco; Com a Coordenação do Departamento de Engenharia Ambiental da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, visando parceria no tocante a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Ambiental (PMSB); Com o Núcleo de Gestão do Programa Água Doce (NGPAD); Com a Controladoria Geral da União - CGU; Com a EMLUR visando à construção de um projeto sobre coleta seletiva para Suest/PB.
- **Promoveu** a Realização do I Fórum Paraibano de Água e Saúde Ambiental.
- **Participou de várias atividades relacionadas a sua missão institucional, tais como:** Fórum Paraibano de Comitês das Bacias Hidrográficas - FPCBH; 1ª Reunião extraordinária do CBH-PB; 34º Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH; Com o Coordenador do Curso de Engenharia Ambiental do Campus de Pombal da Universidade Federal de Campina Grande e Técnicos do Núcleo Intersetorial de Cooperação Técnica (NICT) da Funasa, para repasse de informações sobre o Decreto 8.180/2013; Reunião pública de Diagnóstico dos sistemas referentes ao Plano Municipal de Saneamento Básico - PMSB do Município de Riachão de Bacamarte; 1ª Conferência Municipal para aprovação do PMSB realizada no Município de Lagoa de Dentro; Participação em minicurso no Simpósio Nacional de Saúde e Meio Ambiente; Membro no Núcleo de Gestão do Programa Água Doce (NGPAD) e Cursos de Capacitações de Qualidade de Água; Execução de ações do Projeto Remediar nos municípios de Patos, Souza, Campina Grande e Itabaiana. Convocação para a Assembleia de posse do Comitê e eleição da Diretoria do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba - CBH-PB; Participação em eventos relacionados a comemoração ao Dia do Meio Ambiente; Capacitações/Treinamentos dos servidores da Seção de Educação em Saúde Ambiental; Reuniões do consórcio intermunicipal de desenvolvimento sustentável do São Saruê articulado no âmbito da Política Nacional de Saneamento e Resíduos Sólidos.
- **Ministrou palestras** sobre PMSB aos membros do Comitê de Bacias Hidrográficas do Rio Piranhas-Açu, Comitê do Litoral Norte e no III Encontro Estadual dos Comitês de Bacias Hidrográficas da Paraíba e demais eventos internos e externos com temas relacionados a missão da Instituição.
- **Realização de visitas Técnicas:** às obras do Canal Acuã-Araçagi - Vertente Litorânea;

Realizou diagnóstico situacional através do apoio técnico e laboratorial em sistemas de abastecimento de água financiados pela Funasa de 08 municípios; Comunidades Quilombola nos municípios de Coremas e Manaíra.

- **Prestou orientações técnicas** aos gestores e técnicos dos municípios de Aroeira, Boqueirão, Gado Bravo, Malta, Natuba e Tenório sobre a elaboração do PMSB;
- **Prestou apoio técnico e laboratorial para Controle da Qualidade da Água à:** Agência Executiva de Gestão das Águas – AESA, Hospital de Trauma Senador Humberto Lucena, Hospital de Traumatologia e Ortopedia da Paraíba, Distrito Sanitário Especial Indígena Potiguara (DSEI); Vigilância Sanitária Estadual na investigação do surto de Diarreia em 25 municípios do Estado da Paraíba.
- **Representou** o Poder Público Federal nos Comitês de Bacias Hidrográficas.
- **Ministrou o Curso** “Minimização de Riscos à Qualidade da Água para Consumo Humano - Métodos e Práticas” para capacitar os militares do 4º Batalhão da Polícia do Exército Brasileiro, que atuam na distribuição de água potável pela Operação Pipa do Exército.

5.4 Informações sobre indicadores de desempenho operacional

A FUNASA visando dar consecução aos apontamentos apresentados pela CGU, onde foi apontada a constatação da fragilidade nos indicadores de gestão apresentados pela Entidade no Relatório de Gestão, constituiu "Grupo de Trabalho", composto por representantes da Presidência e das Superintendências Estaduais (AL, MG e RJ), que discutiram e definiram indicadores voltados a área de engenharia, que foram replicados para demonstrar o desempenho das atividades relacionadas a execução de cada Ação Orçamentária. Estes indicadores foram homologados pelo Departamento de Engenharia de Saúde Pública - Densp e serão incorporados ao relatório de Gestão do exercício de 2014.

Foi realizado um estudo de viabilidade junto à área de tecnologia da informação para a automatização do processo de apuração, definindo-se pela utilização do Business Intelligence - BI, ferramenta que permite, a partir dos dados inseridos nos diversos sistemas de informação, que as Superintendências Estaduais apresentem seus resultados alcançados por Ação, Situação de Obra, Agente Financeiro, faixas de execução e esforço resultante do acompanhamento de execução física. Estes indicadores tem o monitoramento quinzenal extraído pela ferramenta BI, e como resultado para compor o presente relatório, resultado acumulado e apuração anual.

Cabe esclarecer que a fundamentação da construção dos indicadores institucionais, teve como referência conceitual o manual "Indicadores - Orientações Básicas Aplicadas à Gestão Pública", do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP). A avaliação e as proposições de aprimoramento dos indicadores também se balizaram no PPA 2012-2015, bem como nas Ações Orçamentárias da Funasa descritas no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP), monitorado pelo MP.

Quadro A.5.4.1 - Indicadores de Desempenho - Saneamento

Item	Indicador	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Memória de Cálculo	Meta do Indicador	Método de Aferição	Série Histórica		
							Resultado 2012	Resultado 2013	Resultado 2014
1	Percentual de obras/equipamentos /planos concluídos em razão da quantidade de instrumentos de repasse celebrados	Aferir a efetividade da implementação de obras/equipamentos/ planos (acumulando)	(Quantidade de instrumentos com obras/equipamentos/ planos concluídos até o exercício de apuração/Quantidade de instrumentos celebrados de 2002 até o exercício de apuração)*100	(577/1310)*100	100% dos instrumentos de repasse com obras/equipamentos/planos concluídos	Extração de informações dos sistemas (SIAFI, SICONV, SIGA) via BI Oracle	36%	45%	44%

ANÁLISE CRÍTICA:

- Houve um ganho de resultado de 2012 para 2013 de 9%, e uma estabilização nos resultados de 2013 e 2014.

Quadro A.5.4.2 – Indicadores de Desempenho - PPA 2012 - 2015

Nº	Indicador	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Memória de Cálculo	Meta do Indicador	Série Histórica			
						Resultado 2012	Resultado 2013	Resultado 2014	Resultado Acumulado
02	Percentual de comunidades remanescentes de quilombos com obras de saneamento implantadas	Aferir o número de comunidades com obras de saneamento implantadas	(Nºde comunidades remanescentes de quilombos com obras de saneamento implantadas / Nºde comunidades remanescentes de quilombos com obras programadas) *100	0/0*100	100% de obras implantadas	-	0,00	-	0,00

03	Percentual de Cisternas Concluídas (Execução Direta).	Aferir o percentual de cisternas concluídas.	(Número de Cisternas Concluídas / Número de Cisternas programadas) * 100	0/0	100% de cisternas concluídas.	-	-	-	-
04	Percentual de Cisternas Concluídas (instrumentos de repasse)	Aferir o percentual de cisternas concluídas.	(Número de Cisternas Concluídas / Número de Cisternas programadas) * 100	0/0*100	100% de cisternas concluídas.	68,06	50,00	0	67,54

Quadro A.5.4.3 – Indicadores de Desempenho - Saúde Ambiental

Nº	Indicador	Finalidade	Fórmula de Cálculo 2014	Memória de Cálculo 2014	Meta do Indicador	Série Histórica			
						Resultado 2012	Resultado 2013	Resultado 2014	Resultado Acumulado
05	Percentual de municípios apoiados tecnicamente no fomento às ações de educação em saúde ambiental.	Aferir o percentual de municípios apoiados tecnicamente	Número de municípios apoiados tecnicamente / Número de municípios programados X 100	35/223x100 = 15,69%	Alcançar 100% dos municípios apoiados	-	35%	15.69%	16,89%
06	Percentual de comunidades especiais atendidas com ações de educação em saúde ambiental.	Aferir o percentual de comunidades especiais atendidas	Número de comunidades especiais atendidas / Número total de comunidades especiais programadas X100	-	Atender 100% comunidades especiais com ações de educação em saúde ambiental.	-	86%	-	28,6%

07	Percentual de municípios com técnicos capacitados em Controle da Qualidade da Água (CQA).	Aferir o percentual de municípios com técnicos capacitados em CQA.	Número de municípios com técnicos capacitados / Número de municípios previstos no período X 100	$0/03 \times 100 = 0\%$	100% de municípios com técnicos capacitados em CQA.	66,6%	80%	0%	48,86%
08	Percentual de municípios com amostras de água analisadas.	Aferir o percentual de municípios com amostras de água analisadas.	Número de municípios com análises realizadas / Número de municípios previstos X100	$40/30 \times 100 = 133,3\%$	Copet/D100% municípios programados com amostras de água analisadas. esam	46%	104%	133,3%	94,43%
09	Percentual de pesquisas financiadas na área de saúde ambiental.	Aferir o percentual de pesquisas financiadas pela Funasa.	Número de pesquisas financiadas / Número de pesquisas selecionadas em 2012 X100	-	Financiar 100% (22) pesquisas selecionadas.	-	-	-	-
10	Percentual de pesquisas celebradas na área de saúde ambiental.	Aferir o percentual de pesquisas celebradas pela Funasa, demonstrando o esforço de suas unidades	(Número de pesquisas celebradas)/(Número de pesquisas selecionadas em 2013) X100	-	Financiar 100% pesquisas selecionadas	-	-	-	-
11	Percentual de exames de qualidade da água de comunidades especiais realizados.	Aferir o percentual de exames de qualidade da água de comunidades especiais realizados.	Número de exames realizados / Número de exames programados X 100	$13.254/6.129 \times 100 = 216,25\%$	Realizar 100% exames programados de qualidade da água de comunidades especiais.	0%	83%	216,25%	99,75%

5.5 Informações sobre custos de produtos e serviços

A Funasa esta envidando esforços para a implementação de ações para apuração dos custos dos produtos e serviços ofertados pela UJ, bem como, não utiliza o sistema de custos do Governo Federal.

6 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.

6.1 Programação e Execução das despesas

Este grupo de informações deve ser fornecido considerando os seguintes subtópicos:

- 6.1.1 – Programação;
- 6.1.2 – Movimentação;
- 6.1.3 – Realização

6.1.1 Programação das despesas

NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA

6.1.2 Movimentação de Créditos Interna e Externa

Quadro A.6.1.2.1 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa

Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	255000	255015	10122211520000001	-	-	1.866.740,09
	255000	255015	10122211520Q8001	-	-	255.765,72
	255000	255015	10128211545720001	-	-	29.120,75
	255000	255015	103052101520T60001	-	-	72.058,51
	255000	255015	10541206869080001	-	-	2.637,16
Recebidos	-	-	-	-	-	-
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos	255000	255015	101222115200001	381.055,16	-	-
Recebidos	-	-	-	-	-	-
Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	255000	255015	10122211520	8.328,11	-	-
	255000	255015	10331211500	72.058,51	-	-
Recebidos	255000	255015	10122211520Q8	-	-	255.765,72

	255000	255015	1012221152000	-	-	14.759,10
	255000	255015	1012821154572	-	-	25.190,75
	255000	255015	10305201520T16	-	-	6.234,96
	255000	255015	1054120686908	-	-	2.637,16
	255000	255015	1012221152000	-	-	189.819,04
	255000	255015	1012221152000	-	-	137,15
	255000	255015	1012221152000	-	-	708.613,00
	255000	255015	1012221152000	-	-	947.052,45
	255000	255015	1012221152000	-	-	1.938,61
	255000	255015	1012221152000	-	-	22,63
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos	255000	255015	1012221152000	381.055,16	-	-
Recebidos	-	-	-	-	-	-

Fonte: Saofi/DIADM

Quadro A.6.1.2.2 – Não houve a movimentação orçamentária externa no exercício de 2014.

6.1.3 Realização da Despesa

6.1.3.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total

NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA

6.1.3.2 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Executados Diretamente pela UJ

NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA

6.1.3.3 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total

NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA

6.1.3.4 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores executados Diretamente pela UJ

NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA

6.1.3.5 Despesas totais por modalidade de contratação – créditos de movimentação

Quadro A.6.1.3.5 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2014	2013	2014	2013
1.Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	1.386.039,93	1.195.228,47	1.315.745,98	954.989,83
a) Convite	-	-	-	-
b) Tomada de Preços	-	-	-	-
c) Concorrência	-	-	-	-
d) Pregão	1.386.039,93	1.195.228,47	1.315.745,98	954.989,83
e) Concurso	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-	-	-	-
2. Contratações Diretas (h+i)	401.127,67	467.764,32	381.661,09	422.009,44
h) Dispensa	10.083,30	4.663,90	10.083,30	2.839,90
i) Inexigibilidade	391.044,37	463.100,42	371.577,79	419.169,54
3. Regime de Execução Especial	9.721,12	15,721,23	9.721,12	15,721,23
j) Suprimento de Fundos	9.721,12	15,721,23	9.721,12	15,721,23
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	384.974,31	465.378,00	384.974,31	463,654,97
k) Pagamento em Folha	80.546,40	93.458,36	80.546,40	91.735,33
l) Diárias	304.587,69	371.919,64	304.587,69	371.919,64
5. Outros	-	-	-	-
6. Total (1+2+3+4+5)	2.181.863,03	2.212.871,10	2.092.102,50	1.902.830,85

Fonte: Saofi/DIADM

6.1.3.6 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

Quadro A.6.1.3.6 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação Valores em R\$ 1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
1. Despesas de Pessoal	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
08 – Outros benefícios assistenciais	80.386,62	91.735,33	80.386,62	91.735,33	-	-	80.386,62	91.735,33
91 – Sentenças Judiciais	-	1.723,03	-	1.723,03	-	-	-	-
2. Juros e Encargos da Dívida		-		-		-		-
3. Outras Despesas Correntes		-		-		-		-

14 – Diárias – Civil	304.587,69	371.919,64	304.587,69	371.919,64	-	-	304.587,69	371.919,64
30 – Material de Consumo	189.819,04	268.871,58	175.479,29	268.871,58	14.339,75	-	175.479,29	180.609,40
33 – Passagens e Desp. Locomoção	137,15	1.272,00	137,15	1.272,00	137,15	-	137,15	1.272,00
36 – Outros Serv. Terceiros – Pessoa Física	-	-	-	-	-	-	-	-
37 – Locomoção de mão de obra	708.613,00	648.590,76	708.613,00	648.590,76	-	-	649.064,85	546.942,60
39 - Outros Serv. Terceiros – Pessoa Jurídica	947.052,45	813.423,65	897.017,82	751.786,31	50.034,63	61.637,34	866.805,44	655.703,13
47 - Obrig. Tributárias e Cont. Op Intra Orçamentárias	1.938,61	3.373,37	1.938,61	3.373,37	-	-	1.938,61	3.373,37
92 – Despesas Exercícios Anteriores	22,63	21.745,22	22,63	21.745,22	-	-	22,63	21.745,22
93 – Indenização e Restituição	-	46.853,86	-	46.853,86	-	-	-	24.530,16
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
51 – Obras e Instalações	-	103.703,00	-	-		103.703,00		-
52 – Equipamento e Material Permanente	381.055,16	5.000,00	13.840,00	5.000,00	367.215,16	-	13.840,00	5.000,00
5. Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
6. Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Saofi/DIADM

6.1.3.7 Análise crítica da realização da despesa

- Foi elaborada a programação orçamentária desta Superintendência Estadual, dentro dos limites orçamentários estabelecidos pela Presidência da FUNASA para cada ação a ser desenvolvida. Após aprovação da programação orçamentária, ocorreu a descentralização dos créditos por movimentação interna, para o custeio das despesas inerentes as ações programadas, tendo ocorrido de forma satisfatória à realização das programações previstas para serem executadas.
- Com relação as despesas pagas por modalidade de contratação no exercício de 2014, houve um acréscimo aproximado de 10% (dez por cento) ao valor do exercício anterior. Ressaltamos um acréscimo aproximado de 38% (trinta e oito por cento) na forma de pregão eletrônico, um aumento nas contratações por dispensa de licitação e um decréscimo aproximado de 13% (treze por cento) nas inexigibilidade de licitação.

- Nas despesas totais pagas no exercício de 2014 em relação ao exercício anterior observamos um decréscimo aproximado de 10% (dez por cento) no grupo Despesa de Pessoal. Já no grupo outras Despesas Correntes verificamos um decréscimo aproximado de 18% (dezoito por cento) em valores pagos com Diárias. Por fim observamos um acréscimo de mais de 100% (cem por cento) em valores pagos com Despesa de Capital no grupo Investimento em equipamentos e material permanente.

6.2 Despesas com ações de publicidade e propaganda

Não houve movimentação com ações de publicidade e propaganda nesta unidade jurisdicionada para o exercício de 2014.

6.3 Reconhecimento de Passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Não houve ocorrência no período para as Contas Contábeis, conforme abaixo:

2.1.2.1.1.04.00 – Obrigações Tributárias Fornecedores Insuficiência
 2.1.2.1.1.11.00 – Fornecedores por insuficiência de créditos/recurso
 2.1.2.1.2.11.00 – Pessoal a pagar por insuficiência de créditos/recurso
 2.1.2.1.3.11.00 – Encargos por insuficiência de créditos/recursos
 2.1.2.1.5.22.00 – Obrigações tributárias por insuficiência de créditos/recursos
 2.1.2.1.9.08.11 – Benefícios Previdenciários Insuficiência de Crédito/recursos
 2.1.2.1.9.22.00 – Deb. Diversos por insuficiência de créditos/recursos
 2.2.2.4.3.00.00 – Fornecedores por insuficiência créditos/recursos

6.3.1 Análise Crítica

Não houve no exercício de 2013 e 2014 o reconhecimento de valores passivos por insuficiência de créditos ou recursos.

6.4 Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro A.6.4 – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2014
2013	165.340,34	32.538,01	29.099,33	41.481,20
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2014
2013	310.040,25	307.957,22	2.083,03	0,00

Fonte: Saofi/DIADM

6.4.1 Análise Crítica

- O valor de saldo de R\$ 41.481,20 inscritos em Restos a Pagar Não Processados acarretou no resultado do exercício financeiro de 2014, porém não houve descumprimento do que preconiza a Lei 4320/64.
- A inscrição do Resto a Pagar Processados impede a FUNASA de honrar todos os compromissos de pagamento de despesas de exercícios anteriores, gerando saldo acumulativo de restos a pagar.
- Registramos que não houve despesas para Restos a Pagar Processados e não Processados referentes aos exercícios anteriores a 2013.

6.5 Transferências de Recursos

6.5.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA

6.5.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA

6.5.3 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios e Contratos de Repasse

Quadro A.6.5.3 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de termos de compromisso. Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente				
Nome: Fundação Nacional de Saúde				
CNPJ: 26.989.350/0012-79		UG/GESTÃO: 255015		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)	
			Convênios	Termos de Compromisso
2014	Contas Prestadas	Quantidade	18	
		Montante Repassado	13.250.027,95	
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	36	
		Montante Repassado	25.956.958,16	
2013	Contas Prestadas	Quantidade	33	
		Montante Repassado	16.223.842,95	
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	42	
		Montante Repassado	17.910.871,62	

2012	Contas Prestadas	Quantidade	09	
		Montante Repassado	2.840.000,00	
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	30	
		Montante Repassado	10.100.848,59	
Anteriores a 2012	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	09	
		Montante Repassado	1.515.056,28	

Fonte: Secov/FUNASA-PB

6.5.4 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

Quadro A.6.5.4 – Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Termos de Compromisso.

Posição 31/12
em R\$ 1,00

Compromisso.

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Fundação Nacional de Saúde					
CNPJ: 26.989.350/0012-79			UG/GESTÃO: 255015		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos	
				Convênios	Termos de Compromisso
2014	Quantidade de Contas Prestadas			18	
	Com Prazo de Análise ainda não Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	-	
			Quantidade Reprovada	01	
			Quantidade de TCE	-	
			Montante Repassado (R\$)	2.400.000,00	
	Com Prazo de Análise Vencido	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	-	
			Montante Repassado (R\$)	-	
		Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	02	
			Quantidade Reprovada	01	
	Quantidade de TCE		-		
	Montante Repassado (R\$)		750.000,00		
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	33		
Montante Repassado (R\$)		29.039.122,75			
2013	Quantidade de contas prestadas			33	
	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada		08	
		Quantidade Reprovada		04	
		Quantidade de TCE		01	
		Montante repassado		4.013.025,77	
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		62	
		Montante repassado (R\$)		30.062.296,59	
2012	Quantidade de Contas Prestadas			09	
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		03	
		Quantidade Reprovada		04	
		Quantidade de TCE		-	
		Montante Repassado		4.212.906,58	
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		66	
		Montante Repassado		28.492.374,91	

Exercício Anterior a 2012	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	201	
		Montante Repassado	88.303.731,59	

Fonte: Secov/FUNASA-PB

6.5.5 Análise Crítica

- As medidas adotadas no que diz respeito as irregularidades constatadas é esgotar todas as medidas administrativas objetivando a obtenção das regularizações pretendidas, no caso de insucesso e o registro de inadimplência seja inevitável, de imediato instaura-se a competente Tomada de Contas Especial-TCE/e ou Cobrança Administrativa, conforme versam os artigos 31 e 32 da IN/STN-01/97, e Ordem de Serviço/Funasa nº. 02/2012, sendo que após o saneamento das impropriedades/irregularidades que promoveram a tomada de contas especial e/ou cobrança administrativa, a conveniente estará apta a receber os recursos financeiros restantes, caso seja prestação de contas parcial.
- Não ocorreram razões para eventuais oscilações significativas na quantidade e no volume de recursos transferidos nos três últimos exercício.
- As prestações de contas estão sendo analisadas, contudo não estão sendo observados em sua totalidade os prazos regulamentares estabelecidos no artigo 31, da IN/STN-01/97, haja vista a insuficiência de recursos humanos lotados no Serviço de Convênios.
- Ressalto que em 2014 foram elaborados 159 Pareceres Financeiros, sendo 71 prestações de contas final aprovadas e 88 não aprovadas.
- As prestações de contas dos convênios expirados até 2014, as análises evoluíram de forma satisfatória, considerando o número de servidores analistas, e conforme a determinação no Acórdão nº. 1814/2014-TCU, foram encaminhados para Coordenação de Convênios/Presidência 57 Processos de Convênios com data de vigência expiradas anterior ao ano de 2010 para a devida análise em atendimento ao Memorando Circular nº. 02 CGCON/DEADM, quanto as que não foram analisadas atribuímos a insuficiência de recursos humanos, o que tem contribuído para o aumento do passivo, já que não há servidores analistas de prestações de contas em número suficiente (três servidores analistas) para atender a demanda.
- No ano de 2014 foi realizada na Suest/PB no período de 15 a 19/12/2014, por Técnicos da Coordenação de Convênios/Presidência/Funasa uma Oficina de Capacitação sobre Convênios, objetivando atualização e orientações sobre transferências voluntárias e obrigatórias, repassada pela Funasa por meio de convênios e/ou termo de compromisso, no sentido de evitar possíveis irregularidades que possa comprometer as contas apresentadas.
- Quanto a análise da efetividade das transferências como instrumento de execução descentralizada das políticas públicas a cargo da UJ, é de praxe neste Serviço de Convênios a verificação da compatibilidade entre as transferências de valores e a plena execução da etapa de engenharia correspondente.

6.6 Suprimento de Fundos

6.6.1 Concessão de Suprimento de Fundos

Quadro A.6.6.1 – Concessão de suprimento de fundos

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2014	255015	FUNASA/PB	-	-	07	18.452,00	4.000,00
2013	255015	FUNASA/PB	-	-	06	15.721,23	4.000,00
2012	255015	FUNASA/PB	-	-	05	14.424,43	4.000,00

Fonte: Saofi/DIADM

6.6.2 Utilização de Suprimento de Fundos

Quadro A.6.6.2 – Utilização de suprimento de fundos

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
					Saque		Fatura	Total (a+b)
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2014	255015	FUNASA/PB			07	-	9.721,12	9.721,12
2013	255015	FUNASA/PB			06	-	15.721,23	15.721,23

Fonte: Saofi/DIADM

6.6.3 Classificação dos Gastos com Suprimento de Fundos

Quadro A.6.6.3 – Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
255015	FUNASA/PB	339030	50	280,00
255015	FUNASA/PB	339030	24	3.691,70
255015	FUNASA/PB	339030	26	2.442,92
255015	FUNASA/PB	339030	16	993,20
255015	FUNASA/PB	339030	17	110,00
255015	FUNASA/PB	339030	21	133,50
255015	FUNASA/PB	339030	39	360,00
255015	FUNASA/PB	339030	28	451,50
255015	FUNASA/PB	339030	10	174,80
255015	FUNASA/PB	339039	63	1.303,00
255015	FUNASA/PB	339039	50	200,00
255015	FUNASA/PB	339039	17	250,00
255015	FUNASA/PB	339039	20	200,00

Fonte: Saofi/DIADM

6.6.4 Análise Crítica

- Em relação ao exercício anterior foi verificado um acréscimo de aproximadamente 18% (dezoito por cento) na concessão Cartão de Pagamento do Governo Federal.
- Quanto a efetiva utilização de suprimento de fundos para Cartão de Pagamento do Governo Federal registrou-se um decréscimo aproximado de 38% (trinta e oito por cento) em relação ao exercício anterior.
- Nos gastos com suprimento de fundos registramos a utilização de recursos nos elementos de despesa 33.90.30 - com maiores gastos nos subelementos 24 e 26 e no elemento 33.90.39 - maior gasto no subelemento 63.
- A FUNASA em sua gestão dos recursos de suprimento de fundos não utiliza a sistemática Contas Tipo B.
- No exercício de 2014 a FUNASA/PB em sua gestão de recursos não registrou saques nem extrapolação de limites.
- A FUNASA/PB por meio de sua área administrativa (DIADM) tem intensificado o controle na gestão dos recursos, visando assegurar, de maneira razoável, a aplicação em conformidade com a legislação vigente.

6.7 Renúncias sob a Gestão da UJ

NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA

6.8 Gestão de Precatórios

NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA

7 GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

7.1 Estrutura de pessoal da unidade

7.1.1 Demonstração e Distribuição da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.7.1.1.1 – Força de Trabalho da UJ

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	Não há	397	-	8
1.1. Membros de poder e agentes políticos	Não há	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)		397	-	8
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	Não há	396	-	8
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há	1	-	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	Não há	-	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	Não há	-	-	-
2. Servidores com Contratos Temporários	Não há	8	8	5
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	Não há	4	-	1
4. Total de Servidores (1+2+3)	Não há	409	8	14

Fonte: dw-SIAPE

Quadro A.7.1.1.2 – Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	68	57
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	68	57
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	67	57
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	01	00
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	-	-
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	-	-
2. Servidores com Contratos Temporários	00	08
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	03	01
4. Total de Servidores (1+2+3)	71	66

Fonte: dw-SIAPE

Quadro A.7.1.1.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	07	06	-	01
1.1. Cargos Natureza Especial	Não há	-	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	07	06	-	01
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	Não há	02	-	-
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	-	-	-	-
/	Não há	04	-	01
1.2.5. Aposentados	-	-		
2. Funções Gratificadas		14	04	03
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	14	14	04	03
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	Não há	-		
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	Não há	-		
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	21	20		

Fonte: dw-SIAPE

ANÁLISE CRÍTICA

- A quantidade de servidores da área fim (Engenharia), em especial os ocupantes do cargo de Engenheiro são insuficientes face a demanda apresentada pela SUEST/PB. Temos atualmente no quadro de pessoal efetivo apenas 05 (cinco) engenheiros, 05(cinco) engenheiros contratados e 01(um) geólogo contratado;
- A força de trabalho que temos atualmente está distribuída dentro da necessidade pedida pelas áreas fins e o número de servidores detentores de cargos comissionados são os autorizados pelo Decreto e Regime interno da FUNASA;
- Quadro de Servidores com Abono de Permanência - Aptos para aposentação

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva		Abono de Permanência	
	Área Meio	Área Fim	Área Meio - %	Área Fim - %
1. Servidores Efetivos	68	57	26 - 38,23%	27 - 47,36%

- Se todos os servidores com abono de permanência fizerem opção para a aposentadoria, perderíamos 38,23% da força de trabalho das atividades consideradas meios e 47,36% das atividades fins, consequentemente inviabilizaria a existência do órgão.
- Com relação aos servidores contratados na totalidade de 08 (oito), todos estão com os contratos previstos para encerrarem em 31.12.2015, que também terão um grande impacto nos trabalhos desenvolvidas pela Funasa.
- Os servidores cedidos não reduzem a força de trabalho da FUNASA, em face de seus cargos e atribuições serem incompatíveis com a missão institucional da instituição.

7.1.2 Qualificação e capacitação da Força de Trabalho

Planilha com os cursos de capacitação realizados pelos servidores da Suest/PB - 2014

Quant.	Cursos Ofertados	Público Alvo	Nº de servidores treinados	
			Área Fim	Área Meio
1	XIV Congresso Brasileiro de Direito Público	Procurador Federal/PGF	-	01
2	Curso Esocial - EFD Social da Folha de Pagamento	Servidores Diadm/Sereh	-	02
3	Curso de Licitações e Contratos Administrativos e no novo SRP	Servidor/ Diadm	-	01
4	Curso de Elaboração de Indicadores de Desempenho Institucional	Servidores/ Suest/PB	-	03
5	VIII Encontro dos Procuradores Federais da Funasa	Procurador Federal/PGF	-	01
6	Curso Presencial sobre Procedimentos de Arquivos e Protocolo	Servidores/ Diadm	-	02
7	Curso de Métodos e Técnicas de Ensino e Aprendizagem para servidores da Funasa	Servidores/ Sesam	02	
8	Capacitação de Multiplicadores em Fluoretação para Operadores de Estação de Água	Servidor /Sesam	01	
9	Curso sobre Tomada de Contas Especial	Servidor/ Secov	01	
10	Curso Siape Aposentadoria e Pensão	Servidores/ Sereh		02
11	Curso Siape Folha	Servidor/ Sereh		01
12	VII Seminário Nacional e II Encontro Latino-Americano de Saneamento Rural	Servidores/ Diesp	04	
13	Capacitação em Ações de Apoio ao Controle da Qualidade da Água para Consumo Humano	Servidores/ Sesam	02	
13	10	13
13	Totais		23	

No Plano Anual de Capacitação de 2014, aprovado pela Portaria nº 303, de 07 de abril de 2014, publicada no BS nº 015, de 14.04.2014, projetava para a Suest/PB em 2014, os dados apresentados na planilha abaixo:

Unidades da Suest/PB Contempladas	Quantidade de Cursos		Servidores beneficiados	
	Área Fim	Área Meio	Área Fim	Área Meio
Divisão de Engenharia de Saúde Pública - DIESP	07	-	13	-
Serviço de Saúde Ambiental - SESAM	08	-	18	-
Serviço de Convênios - SECOV	04		08	

Gabinete da Suest/PB		05		08
PGF/FUNASA/PB		09		09
Divisão de Administração - DIADM		22		49
Serviço de Recursos Humanos - SEREH		11		21
SUB-TOTAL	19	47	39	87
TOTAL	66		126	

Comparando as capacitações previstas para 2014 e as capacitações realizadas, temos as seguintes conclusões:

- O Plano Anual de Capacitação/2014 apresentou a demanda para a realização de 66 cursos de capacitação, entretanto foram realizados apenas 13 eventos, que representa 19,69% dos cursos programados.
- Neste sentido, estava previsto a participação de 126 servidores nos eventos de capacitação no PAC/2014, no entanto foram capacitados 23 servidores, ou seja 5,47% do total previsto foram capacitados.
- As atividades finalísticas e estratégicas (áreas fins) da Suest/PB, o PAC/2014 projetava 19 eventos de capacitação, entretanto foram realizados 05 eventos, que representa 26,31% dos cursos previstos para as áreas fins da Suest/PB.
- As atividades de apoio (áreas meios) estava contemplado com 47 cursos de capacitação, foram executados 08 cursos, equivalente a 17,02% do previsto.
- Com relação aos números de servidores previstos para participarem de eventos de capacitação no PAC/2014, apenas 25,64% dos servidores lotados nas áreas fins foram capacitados, enquanto que 14,94% dos servidores das áreas meios.

Ressalta-se que o cumprimento do quantitativo estimado para a realização dos cursos programados no plano anual de capacitação está condicionado a disponibilidade de treinamento e ao número de vagas oferecidas pelas instituições em sua grade de programação para o exercício, à disponibilidade orçamentária para custos de passagens e diárias(quando necessárias), bem como a liberação dos servidores para o treinamento em função da demanda em sua rotina de trabalho.

7.1.3 Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.7.1.3 – Custos do pessoal

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2014	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2014	7.962.896,51	221.757,01	1.090.757,82	390.928,47	750.859,64	733.733,76	73,38	6.423,55	242.049,64	11.399.479,78
	2013	8.415.520,42	187.862,91	1.078.904,93	390.507,37	820.993,60	806.703,59	1.411,75	55.684,50	333.572,03	12.091.161,10
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2014	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2014	203.221,18	686,98	24.059,90	9.747,99	25.652,00	10.507,76	36,50	0,00	0,00	273.912,31
	2013	198.566,19	0,00	26.666,43	11.677,01	27.509,36	9.059,42	0,00	0,00	0,00	273.478,41
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2014	17.060.054,74	0,00	2.379.148,62	1.533.018,30	1.375.411,90	1.590.804,33	0,00	7.642,66	755.426,46	24.701.507,01
	2013	16.145.543,49	0,00	2.276.778,90	1.466.267,26	1.363.341,62	1.642.373,22	3.114,61	32.009,10	695.716,82	23.625.145,12
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2014	708.896,97	0,00	93.953,30	38.758,86	38.960,37	976,50	354,15	0,00	0,00	881.900,15
	2013	325.298,67	0,00	35.690,22	13.417,89	20.147,90	5.859,00	0,00	6.963,68	0,00	407.377,36

Fonte: Dw siape

7.1.4 Irregularidades na área de pessoal

Existe no momento na SUEST/PB, relatório de Auditoria Interna, que está em andamento a sua regularização.

7.1.4.1 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Quanto a este subitem registramos:

- Não existe no âmbito da Funasa controle interno que possa identificar possíveis irregularidades de acumulação de cargos, funções e empregos públicos;
- Não foi implementado nenhum controle;
- Não podemos mensurar a utilidade e a eficiência tendo em vista a não existência desses controles;
- Não temos como quantificar.

Com relação a acumulação vedada de cargos, funções e empregos públicos, objeto do Ofício Circular nº 45/2013/GAB/CGU-Regional/PB/CGU-PR, de 27 de fevereiro de 2013:

- Foram notificados 18(dezoito) servidores que encontravam-se em situação irregular;
- 11(onze) servidores regularizaram suas situações após as notificações;
- Foram abertos 07(sete) processos administrativos disciplinares (Rito Sumário) para apurarem as irregularidades. Esses processos foram finalizados pelas comissões e que se encontram na Procuradoria Federal Especializada/Funasa para apreciação e demais procedimentos.

7.1.4.2 Terceirização Irregular de Cargos

Quadro A.7.1.4.2 – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada

Descrição dos Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão em que há Ocorrência de Servidores Terceirizados	Quantidade no Final do Exercício			Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	2014	2013	2012		
Recepcionistas	11	11	-	-	-
Análise Crítica da Situação da Terceirização no Órgão					
Não temos servidores terceirizados que exerçam atividades inerentes às categorias abrangidas pelo nosso plano de cargos e carreira.					

Fonte: Sereh/FUNASA

7.1.5 Riscos identificados na gestão de pessoas

No exercício de 2014 houve o desligamento de 02(dois) servidores das áreas fins, sendo 01

Engenheiro e 01 Contratado na Área de Convênios, em virtude de aprovação em concurso público para cargos de maior remuneração.

7.1.6 Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

Indicador	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Memória de Cálculo	Tipo	Fonte	Método de aferição	Área responsável	Resultado
% de servidores capacitados -2014	Medir o nº de servidores capacitados em relação a força de trabalho	(Nº de servidores capacitados/Força de Trabalho) *100%	(23/129) *100%	Eficácia	Planilha Socap/Dws iape	Consulta planilha/extensão de dados Dwsiape	Socap/Sereh	17,82%

Fonte: Sereh/FUNASA

Neste cálculo foi utilizado (124 servidores efetivos mais 04 comissionados e 01 servidor de carreira em exercício descentralizado).

7.2 Contratação de mão de obra de apoio e de estagiários

7.2.1 Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância

Quadro A.7.2.1 – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAUDE													
UG/Gestão:					CNPJ: 26.989.350/0001-16								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	L	O	07/2011	07.659.454/0001-18	14.06. 2014	13.06. 2015	19	11	-	08	-	-	A
2011	V	O	02/2011	09.222.175/0001-18	15.03. 2014	14.03 .2015	08	01	-	07	-	-	A
Observações:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: Salog/DIADM

7.2.2 Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

Quadro A.7.2.2 – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAUDE - SUEST-PB													
UG/Gestão:					CNPJ: 26.989.350/0001-16								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2013	5	O	06/2013	14.601.896/0001-79	02.12.14	01.12.15	-	-	11	08	-	03	A
2014	9	O	04/2014	10.766.128/0001-14	01.07.14	30.06.15	-	-	02	02	-	-	A
Observações:													
LEGENDA Área: 1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis 9. Manutenção de bens imóveis 10. Brigadistas 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes 12. Outras					Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.								

Fonte: Salog/DIADM

7.2.3 Análise Crítica dos itens 7.2.1 e 7.2.2

Quadros: a 7.2.1 e 7.2.2 - no decorrer do ano de 2014 as atividades dos serviços de limpeza, de vigilância ostensiva, de recepcionista e manutenção predial foram todas executadas dentro de suas normalidades sem nenhum atropelo que pudesse causar solução de continuidade durante todo o exercício.

7.2.4 Contratação de Estagiários

Quadro A.7.2.4 – Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	(em R\$ 1,00)
1. Nível superior	16	15	15	19	91.312,48
1.1 Área Fim	7	7	6	8	42.860,94

1.2 Área Meio	9	8	9	11	48.451,54
2. Nível Médio	14	27	26	14	73.375,73
2.1 Área Fim	2	10	9	5	23.278,04
2.2 Área Meio	12	17	17	9	50.097,69
3. Total (1+2)	30	42	41	33	164.688,21

Fonte: Sereh/FUNASA

ANÁLISE CRÍTICA

O número de estagiário foi reduzido face a nova adequação da estrutura da FUNASA.

7.3 Revisão de Contratos Vigentes

Atendendo o disposto nos Art. 7º da lei 12.546/2011 e art. 2º do Decreto 7.828/2012, a Funasa iniciou o seu comprimento com a consulta jurídica à Procuradoria Geral Federal, que por meio Parecer nº 851/2014/PGF firmou o entendimento acerca da aplicação da desoneração da folha de pagamento.

Após a manifestação jurídica, foram iniciadas as discussões no âmbito administrativo para fins de análise dos contratos atingidos pelos normativos.

Considerando a complexidade envolvida, a deliberação é que sejam constituídos grupos de trabalho que se debruçará na análise pertinente de forma a efetivar a revisão dos valores.

O referido parecer foi encaminhado às Superintendências Estaduais para conhecimento.

A FUNASA está envidando esforços para a constituição dos Grupos de Trabalho para a revisão dos contratos vigentes, bem como, identificando ocorrências, estas possam ser sanadas, detalhando cada um deles.

8 GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

8.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

Frota de Veículos Automotores de Propriedade da Unidade Jurisdicionada

A) Legislação de Frota de veículos SUEST/PB, estão adequados a IN nº 3, de 15 de Maio de 2008.	Nossa frota veicular é controlada através de Ordens de Saída e BDT (Boletim Diário de Tráfego), Motorista Oficial da Suest, Usuário servidor. Relatando quilometragem inicial e final, horário de saída/CHEGADA e itinerário, Capítulo 3 Artigos 3 e 4 da IN nº 3 de 2008.	
B) Importância da Frota.	É de suma importância para nossa SUEST, pois sem ela não seríamos capazes de controlar as demandas de trabalhos atribuídos a esta Superintendência.	
C) Quantidade de Veículos:	Nossa frota ATUAL é composta por 16 (dezesesseis) veículos, E 03 (TRÊS) REBOQUES.	
GRUPO: Veículos de transporte institucional.	NISSAN FRONTIER	02
	FORD RANGER	02
	MITSUBISHI L-200	09
	FIAT DOBLÔ	01
	FIAT IVECO	01
	WOLKSWAGEN	01
D) Média de quilometragem por grupo, media km rodados anual em 2013.	NISSAN FRONTIER	De 07 a 13.000 km/ano
	FORD RANGER	De 07 a 15.000 km/ano
	MITSUBISHI L-200	De 08 a 25.000 km/ ano.
	FIAT DOBLÔ	De 8 a 22.000 km/ ano.
	FIAT IVECO	De 8 a 22.000 km/ ano.
	WOLKSWAGEN	De 2 a 7.000 km/ ano.
E) Idade media da frota.	NISSA FRONTIER	08 ANOS
	FORD RANGER	07 ANOS
	MITSUBISHI L- 200	06 A 09 ANOS
	FIAT DOBLÔ	05 ANOS
	FIAT IVECO	04 ANOS
	VOLKSWAGEN	17 ANOS
F) Custo anual associado a manutenção da frota.	Contrato com empresa (oficina) Fornecimento de Peças e serviços com mão de obra anual.	R\$ 152.051,00.
	Contrato com Empresa p/fornecimento de Pneus P/L - 200.	R\$ 64.900,00
	CONTRATO DE EMPRESA ESPECIALIZADA P/FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE LAVAGEM DE VEÍCULOS (LAVA JATO) ANUAL.	33.299,00
	Óleo Lubrificante / Ano	R\$ 3.395,00
	Combustíveis / Ano	DIESEL R\$ 73.943,60
		GASOLINA R\$ 1.263,00
	Custos com seguro obrigatório anual	R\$ 2.632,00
G) Plano de substituição de frota.	Conforme o ANEXO IV - Plano Anual Para Aquisição de Veículos - PAAV; o plano é a contratação de Empresa especializada em Locação de Veículos do tipo sedan para apóio aos serviços administrativos.	
H) Razão de escolha de aquisição	Nossa SUEST/PB não precisa de aquisição de veículos, pois nossa frota é suficiente para atender os trabalhos.	
I) Estrutura de Controle	Nossa estrutura é continuar mantendo a Frota em perfeito estado de	

para assegurar uma prestação de Serviço Eficiente e Econômica no serviço com Transporte.	conservação, sempre mantendo o controle de Manutenção: Revisões Periódicas, Substituições de Peças, Pneus por km rodados, conservando os veículos sempre limpos, controle com Combustíveis, e mantendo as Habilitações dos condutores sempre atualizados, bem como respeitando as Leis de trânsito.
--	---

Fonte: Salog/DIADM

8.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário

8.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro A.8.2.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2014	EXERCÍCIO 2013
BRASIL	PARAÍBA	18	19
	Alagoa Grande	03	03
	Alagoa Nova	01	01
	Alagoinha	01	01
	Areia	01	01
	Bananeiras	01	01
	Campina Grande	01	01
	Esperança	01	01
	Guarabira	01	01
	João Pessoa	00	01
	Pilões	01	01
	Remígio	01	01
	Remígio/Lagoa do Mato	01	01
	Algodão de Jandaíra	01	01
	Santa Rita/Várzea Nova	01	01
	Casserengue	01	01
	Solânea	01	01
	Sousa	01	01
Subtotal Brasil		18	19
EXTERIOR	PAÍS 1	Não se aplica	Não se aplica
Total (Brasil + Exterior)		18	19

Fonte: Salog/DIADM

8.2.2 Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel funcional

Quadro A.8.2.2.1 – Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
255015/36211	1905.00010.500-5	5	3	2.259.065,00	24/03/2013	2.259.065,00	Não	Não
255015/36211	1905.00014.500-2	5	3	44.320,00	24/03/2013	44.320,00	Não	Não
255015/36211	1905.00016.500-3	5	3	44.320,00	24/03/2013	44.320,00	Não	Não
255015/36211	1907.00098.500-1	5	3	1.625.840,70	14.12.2012	1.625.840,70	Não	Não
255015/36211	1909.00005.500-6	5	3	40.962,24	27/03/2013	40.962,24	Não	Não
255015/36211	1921.00006.500-0	5	3	534.603,26	20/11/2012	534.603,36	Não	Não
255015/36211	1931.00017.500-8	5	3	1.012.000,00	24/04/2013	1.012.000,00	Não	Não
255015/36211	1981.00081.500-3	5	3	1.000.000,00	11/12/2012	1.000.000,00	Não	Não
255015/36211	2021.00004.500-8	5	3	350.000,00	24/04/2013	350.000,00	Não	Não
255015/36211	2027.00021.500-0	5	3	6.273.445,00	11/08/2010	6.273.445,00	Não	Não
255015/36211	2133.00002.500-7	5	3	31.600,00	25/04/2013	31.600,00	Não	Não
255015/36211	2155.00006.500-0	5	3	1.000.000,00	05/11/2012	1.000.000,00	Não	Não
255015/36211	2155.00008.500-0	5	3	65.000,00	29/05/2007	65.000,00	Não	Não
255015/36211	2155.00010.500-1	5	3	145.000,00	05/11/2012	145.000,00	Não	Não
255015/36211	2175.00251.500-7	5	3	932.629,50	20/02/2014	932.629,50	Não	Não
255015/36211	2221.00007.500-7	5	3	132.000,00	22/07/2010	132.000,00	Não	Não
255015/36211	2221.00009.500-8	5	3	740.000,00	11/12/2012	740.000,00	Não	Não
255015/36211	2225.00748.500-9	5	3	1.395.903,46	30/06/2010	1.395.903,46	Não	Não
Total							-	-

Fonte:Salog/DIADM

Regime: É o regime de utilização do imóvel formalizado com a União e a situação em que se encontra o processo de regularização do imóvel, que deverá ser informado conforme a seguinte codificação:

- | | |
|------------------------------------|---|
| 1 – Aquicultura | 12 – Em regularização – Outros |
| 2 – Arrendamento | 13 – Entrega – Adm. Federal Direta |
| 3 – Cessão – Adm. Federal Indireta | 14 – Esbulhado (Invadido) |
| 4 – Cessão – Outros | 15 – Imóvel Funcional (não deve ser objeto do Quadro) |
| 5 – Cessão – Prefeitura e Estados | 16 – Irregular – Cessão |
| 6 – Cessão Onerosa | 17 – Irregular – Entrega |
| 7 – Comodato | 18 – Irregular – Outros |
| 8 – Disponível para Alienação | 20 – Locação para Terceiros |
| 9 – Em processo de Alienação | 21 – Uso em Serviço Público |
| 10 – Em regularização – Cessão | 22 – Usufruto Indígena |
| 11 – Em regularização – Entrega | 23 – Vago para Uso |

Estado de Conservação: Estado em que se encontra o imóvel, segundo a seguinte classificação:

- | | |
|----------|-------------------------|
| 1 – Novo | 5 – Reparos Importantes |
|----------|-------------------------|

2 – Muito Bom
3 – Bom
4 – Regular

6 – Ruim
7 – Muito Ruim (valor residual)
8 – Sem Valor

QUADRO A.8.2.2.2 – CESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO EM IMÓVEL DA UNIÃO NA RESPONSABILIDADE DA UJ - Não houve registro no Exercício de 2014.

8.2.3 Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ

Quadro A.8.2.3 – Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob responsabilidade da UJ

Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob responsabilidade da C6						
RIP	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
		Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
Ocupados						
205100079.500-9	Regular	4.938.678,97	23.05.2013	7.478.330,00	Não	Não

Fonte:Salog/DIADM

A FUNASA/PB executa suas atividades funcionais em seu edifício-sede, situado à rua Professor Geraldo Von Shosten, 285, Jaguaribe, João Pessoa/PB.

8.2.4 Análise Crítica:

- A FUNASA/PB no exercício de 2014 não realizou a cessão de espaço físico em imóvel da União de sua responsabilidade (Quadros A8.2.2.2).
- Registra-se que em 1977 houve o Termo de Entrega do imóvel onde se localiza a FUNASA/PB (Subitem 8.2.3), feito pelo Serviço de Patrimônio da União do Ministério da Fazenda (outorgante) ao Ministério da Saúde (outorgado), onde foi destinado à construção do edifício-sede. Entretanto, até o final do exercício de 2014 o Ministério da Saúde/Funasa/Suest/PB ainda não havia recebido a Cessão de Uso do Imóvel. Ressalta-se que a FUNASA-PB já encaminhou ofício a Superintendência de Patrimônio da União na Paraíba-SPU/PB e vem acompanhado a movimentação processual para regularização do imóvel.
- No exercício de 2014, por meio da Presidência/Funasa foi realizado a contratação de empresa especializada no levantamento patrimonial para regularização do Registro dos bens móveis e imóveis de todas as superintendências estaduais.
- No exercício de 2014 a gestão dos imóveis transcorreu de forma regular sem apresentar alterações.

8.3 Bens Imóveis Locados de Terceiros

NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA

9 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA

10 GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

10.1 Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental

Quadro A.10.1 – Aspectos da Gestão Ambiental

Aspectos sobre a gestão ambiental e Licitações Sustentáveis		Avaliação	
		Sim	Não
1.	Sua unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?	X	
2.	Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006?	X	
3.	As contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012?	X	
4.	A unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012? Caso a resposta seja positiva, responda os itens 5 a 8.		X
5.	A Comissão gestora do PLS foi constituída na forma do art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012?		
6.	O PLS está formalizado na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012, atendendo a todos os tópicos nele estabelecidos?		
7.	O PLS encontra-se publicado e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		
	Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual o plano pode ser acessado.		
8.	Os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS são publicados semestralmente no sítio da unidade na <i>Internet</i> , apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		
	Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual os resultados podem ser acessados.		

Considerações Gerais:

No planejamento de 2014, dando continuidade e ampliação da política de sustentabilidade ambiental, objetivando o atendimento do programa Agenda A3P - programa elaborado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e do Projeto Esplanada Sustentável (PES), do Governo Federal, a FUNASA/PB adotou medidas tais como:

- Orientação aos servidores quanto a necessidade de práticas sustentáveis com o descarte de materiais;
- Ampliação do processo de seleção coletiva de lixo; Adoção da tarifa verde para o consumo de energia;
- Utilização de canecas individualizadas para os servidores e consequente diminuição no consumo de copos descartáveis;
- Aquisição de produtos recicláveis e de baixo consumo elétrico;
- Processo de impressão no modo frente verso;

- Exigência de práticas sustentáveis por parte das empresas contratadas prestadoras de serviços na sede da instituição e exigência de certificados de práticas sustentáveis nas fases de habilitação nos procedimentos licitatórios.

Ressalta-se que desde dezembro de 2012 a presidência da Funasa aderiu ao, que consiste na implantação, nos órgãos públicos, de um conjunto de ações voltadas para o uso racional de recursos naturais.

11 ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃO DE CONTROLE.

11.1 Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU

11.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Quadro A.11.1.1 – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Superintendência Estadual da Funasa na Paraíba					7481
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	TC 000.508/2014-4	1206/2014	1.7	DE	Ofício 0802/2014 TCU/SECEX-PB
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Prefeitura Municipal de Princesa Isabel/PB					
Descrição da Deliberação					
1.7. Determinar à Superintendência Estadual da Fundação Nacional de Saúde na Paraíba que envie para pronunciamento do Controle Interno, dentro de 90 (noventa) dias, o processo de tomada de contas especial 25210.019.214/2009-5, referente ao Convênio 2210/2006, Siafi 590585, firmado com a Prefeitura Municipal de Princesa Isabel/PB, informando as providências a este Tribunal no mesmo prazo, ou que apresente justificativa circunstanciada de sua eventual desconstituição.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Comissão de Tomada de Contas Especiais(TCE) - Serviço de Convênios (SECOV)					
Síntese da Providência Adotada					
Foi prestado informações ao TCU/SECEX-PB através do Ofício nº 439/2014/TCE/GAB/SUEST/PB/FUNASA de 22/05/2014 .					
Síntese dos Resultados Obtidos					
O Processo de Tomada de Contas Especial encontra-se na Secretaria Federal de Controle Interno/CGU, Brasília-DF					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Dificuldade de conhecimento da legislação e morosidade na prestação de contas por parte dos gestores municipais.					

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
02	TC 018.523/2014-5	5009/2014	1.7	DE	Ofício 1600/2014 TCU/SECEX-PB
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Prefeitura Municipal de Riacho dos Cavalos/PB.					
Descrição da Deliberação					

1.7. Determinar à Superintendência Estadual da Fundação Nacional de Saúde na Paraíba que no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, confirmada a omissão na apresentação da prestação de contas do Termo de Compromisso [PAC 0469/2008](#) (Siafi 644669), firmado com município de Riacho dos Cavalos para construção de sistemas de abastecimento de água, adote as medidas previstas no art. 56, § 2º, da Portaria Interministerial 127/2008 e, em caso de apresentação intempestiva da prestação de contas, proceda ao exame, considerando as constatações do relatório de fiscalização do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE/PB) que a obra encontrava-se paralisada e inacabada em inspeção realizada entre 22 e 25/8/2011, bem como o nexo de causalidade entre as despesas realizadas com os recursos do convênio, por meio da comprovação da execução da obra pela empresa executora, Hydrogeo Projetos e Serviços Ltda - EPP (02.735.064/0001-66).

Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Serviço de Convênios (SECOV) - Divisão de Engenharia de Saúde Pública (DIESP)	
Síntese da Providência Adotada	
Foram tomadas as medidas necessárias, com a análise financeira concluída com aprovação da prestação de contas final.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Atendida a Recomendação.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Dificuldade de conhecimento da legislação e morosidade na prestação de contas por parte dos gestores municipais.	

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
03	TC 018.442/2014-5	4648/2014	1.7	DE	Ofício 1579/2014 TCU/SECEX-PB
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Prefeitura Municipal de São José de Caiana/PB.					
Descrição da Deliberação					
<p>1.7. Determinar à Superintendência Estadual na Paraíba da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), para que, no prazo de 180 dias:</p> <p>1.7.1. proceda ao exame da prestação de contas referente ao Convênio 248/2007 (Siafi 616708), firmado com o município de São José da Caiana/PB para construção de uma unidade básica de saúde, considerando, em sua manifestação, as constatações do relatório da inspeção realizada no município, no período de 25/10 a 27/10/2011, apreciado no Acórdão AC1-TC 513/13, de 7/3/2013, da 1ª Câmara do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE/PB), sem prejuízo de adotar as medidas previstas no art. 31, § 4º a 6º, da IN/STN 01/97, e informar as providências adotadas a esta Corte;</p> <p>1.7.2. confirmada a omissão na apresentação da prestação de contas do Termo de Compromisso 261/2008 (Siafi 643633), firmado com o município de São José da Caiana/PB para construção de 11 melhorias habitacionais, adote as medidas previstas no art. 60, § 2º, da Portaria Interministerial 127/2008, devendo, em caso de apresentação intempestiva da prestação de contas, proceder ao exame considerando as constatações do relatório da inspeção do TCE-PB acima mencionado, e informar as providências adotadas a esta Corte;</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Serviço de Convênios (SECOV) - Divisão de Engenharia de Saúde Pública (DIESP)					
Síntese da Providência Adotada					
Análise e não aprovação da prestação de contas final, conforme Parecer Financeiro nº 009/2014, sendo providenciada a Notificação nº 016/2015 para ressarcimento dos recursos.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Tomada de Providências.					

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
Referente ao subitem 1.7.1 do Acórdão esclarecemos que o Convênio 248/2007 (Siafi 616708) não pertence a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) e sim ao Fundo Nacional de Saúde (FNS).

11.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Quadro A.11.1.2 – Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Superintendência Estadual da Funasa na Paraíba					7481
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	TC 031.229/2010-7	1814/2014	1.10	DE	Ofício 0212/2014 TCU/SECEXSAUDE
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Municípios convenientes com a Funasa cuja vigência findou até o ano de 2009.					
Descrição da Deliberação					
1.10. Determinar às Superintendências Estaduais da Funasa nos Estados de Alagoas, Amazonas, Amapá, Bahia, Ceará, Goiás, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pará, Paraíba , Pernambuco, Piauí, Paraná, Roraima, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Sergipe, São Paulo e Tocantins, que adotem providências para a conclusão, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, da análise dos convênios pendentes (com valores "aprovar" e "a comprovar") cuja vigência findou até o ano de 2009, com a respectiva regularização do registro Siafi, sob pena de aplicação de multa;					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Comissão de Tomada de Contas Especiais (TCE) - Serviço de Convênios (SECOV) - Divisão de Engenharia de Saúde Pública (DIESP)					
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
Todos o Processos de Convênios atingidos pelo Acórdão foram encaminhados para Funasa/Presidência-Brasília-DF, em atendimento ao Memorando-Circular nº 06/2014/Funasa/Presidência, onde foi criada força tarefa para cumprimento da Determinação.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Dificuldade de conhecimento da legislação e morosidade na prestação de contas por parte dos gestores municipais.					

11.2 Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno (OCI)

11.2.1 Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício

Quadro A.11.2.1 – Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Superintendência Estadual da Funasa na Paraíba			7481
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	201407066-CGU/PB	1.1.1. Recomendação 51240	Ofícios nºs. 19227/2014/ CGU/PB-NAC.1 e 24665/2014/ CGU-R/PB/SE/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
FUNASA/PB			7481
Descrição da Recomendação			
Providenciar as competentes instaurações de Tomada de Contas Especial nos convênios registrados na situação de "inadimplência efetiva", em consonância com o art. 1º da IN/TCU nº 56/2007.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Comissão de Tomada de Contas Especiais (TCE) - Serviço de Convênios (SECOV)			
Síntese da Providência Adotada			
Providências administrativas estão sendo tomadas pelo Serviço de Convênios/SECOV-Suest/PB para os convênios registrados na situação de inadimplência efetiva.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Ordem de Serviço nº 02/2012 para instaurações de tomada de contas especial ou cobrança administrativa.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
02	201407066-CGU/PB	1.1.6. Recomendação 128690	Ofícios nºs. 19227/2014/ CGU/PB-NAC.1 e 24665/2014/ CGU-R/PB/SE/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
FUNASA/PB			7481
Descrição da Recomendação			
Realizar levantamento do quantitativo de análises de prestações de contas cujos prazos, para pronunciamento sobre a aprovação ou não da prestação de contas, estejam expirados ou na iminência de expirar. A partir do levantamento das pendências, dimensionar força-tarefa, instituindo metas e prazos de realização, para o saneamento da situação.			
Providências Adotadas			

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Serviço de Convênios (SECOV)	
Síntese da Providência Adotada	
Foi constituída pela Coordenação Geral de Convênios/Presidência-Funasa, no mês de julho de 2014, força tarefa para análise de prestação de contas final dos convênios expirados até o ano de 2009.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Em cumprimento ao Memorando nº 06/2014/DEADM/Presidência/Funasa a Suest/PB encaminhou a Presidência/Funasa 62 (sessenta e dois) Processos de convênios para análise.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
A criação da força tarefa tem apresentado resultado satisfatório na solução das pendências existentes.	

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
03	201407066-CGU/PB	1.1.8. Recomendação 128692	Ofícios nºs. 19227/2014/ CGU/PB-NAC.1 e 24665/2014/ CGU-R/PB/SE/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
FUNASA/PB			7481
Descrição da Recomendação			
Apresentar cronograma de capacitação, no qual estejam contempladas as atividades de análise de prestação de contas e a utilização do SICONV.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Serviço de Convênios (SECOV)			
Síntese da Providência Adotada			
Em atenção a presente Recomendação, a Suest/PB solicitou a Coordenação Geral de Convênios/Presidência/Funasa medidas para atendimento às necessidades de treinamento de servidores. Quanto a utilização do SICONV, a capacitação está prevista para o ano de 2015, conforme o Plano Anual de Capacitação (PAC).			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Foi providenciado o deslocamento de servidores da Presidência/Funasa a Suest/PB para treinamento de servidores, que foi realizado no período de 15 a 19 de dezembro de 2014.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
04	201407066-CGU/PB	1.1.10. Recomendação 128694	Ofícios nºs. 19227/2014/ CGU/PB-NAC.1 e 24665/2014/ CGU-R/PB/SE/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
FUNASA/PB			7481
Descrição da Recomendação			
Apresentar avaliação acerca do remanejamento de servidores da área meio para o Setor de Convênios, procedendo ao			

remanejamento dos casos considerados válidos para remanejamento da área meio para o setor de convênios.	
Providências Adotadas	
Sector Responsável pela Implementação	Código SIORG
Serviço de Convênio (SECOV) - Serviço de Recursos Humanos (SEREH)	
Síntese da Providência Adotada	
A Suest/PB providenciou o remanejamento de 04 servidores para o Serviço de Convênios-SECOV: 01 servidor transferido da Presidência/Funasa e 03 servidores que estavam lotados na Seção de Execução Orçamentária e Financeira-SAEOF/Suest/PB.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Perspectiva de melhor distribuição de tarefas e aumento na produção dos trabalhos realizados no Serviço de Convênios (SECOV).	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
A Remoção de servidores de outras áreas administrativas implica na necessidade de treinamentos extras e imediatos para que se obtenha a eficácia esperada no trabalho realizado.	

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
05	201407066-CGU/PB	1.1.23. Recomendação 128707	Ofícios nºs. 19227/2014/ CGU/PB-NAC.1 e 24665/2014/ CGU-R/PB/SE/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
FUNASA/PB			7481
Descrição da Recomendação			
Regularizar os processos, no que diz respeito à medição, liquidação das Nfs e pagamentos, procedendo ao ajuste necessário, quando do pagamento das futuras Nfs, ou requisitar que a prefeitura municipal efetue o estorno do pagamento procedido a maior.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Serviço de Convênio (SECOV)			
Síntese da Providência Adotada			
A análise financeira da prestação de contas do convênio está sendo realizada conforme a regulamentação constante na IN/STN nº 01/97, Portaria Interministerial nº 127/2008 e Portaria Interministerial nº 507/2011.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Atendimento das normativas supracitadas.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
06	201407066-CGU/PB	1.1.13. Recomendação 128697	Ofícios nºs. 19227/2014/ CGU/PB-NAC.1 e 24665/2014/ CGU-R/PB/SE/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG

FUNASA/PB		7481
Descrição da Recomendação		
Proceder, junto à Presidência da Funasa, a revisão da orientação que trata da fiscalização das obras sob responsabilidade do conveniente ou compromitente, no intuito de fornecer dados fidedignos quando da análise da prestação de contas.		
Providências Adotadas		
Sector Responsável pela Implementação		Código SIORG
Divisão de Engenharia de Saúde Pública (DIESP) e Funasa/Presidência		
Síntese da Providência Adotada		
Durante o exercício de 2014 ocorreram reuniões periódicas promovidas pela Presidência/Funasa com todos os Superintendentes Estaduais. Oportunidade na qual são colocadas as dificuldades de cada Superintendência Estadual. Inclusive as que tratam das recomendações do órgãos de controle.		
Síntese dos Resultados Obtidos		
À Suest/PB está subordinada a Presidência/Funasa, que publica as portarias que norteiam todas as ações implementadas.		
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor		
Tem se observado situações em obras pactuadas que comprometem a sua execução, como por exemplo a realização por parte do Conveniente de modificações "unilateralmente" no projeto apresentado e aprovado pela Funasa; O inadequado controle sobre os recursos repassados que podem comprometer até a funcionalidade do sistema proposto e Falhas na fiscalização por parte da Conveniente. Apesar da Funasa está sempre modificando a sistemática para facilitar a transparência de recursos para os Convenientes, na intenção de agilizar a execução das obras pactuadas, mesmo com os recursos disponibilizados na conta do convênio, não existe garantia na agilidade das mesmas pelos motivos que acabamos de exemplificar.		

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
07	201407066-CGU/PB	1.1.14 Recomendação 128698	Ofícios nºs. 19227/2014/ CGU/PB-NAC.1 e 24665/2014/ CGU-R/PB/SE/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
FUNASA/PB			7481
Descrição da Recomendação			
Comunicar ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA da unidade federativa onde se encontra registrada a empresa ou o profissional, acerca das ocorrências verificadas.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Divisão de Engenharia de Saúde Pública (DIESP)			
Síntese da Providência Adotada			
Foi realizado o comunicado, conforme o encaminhamento do Ofício nº 1006/DIESP/GAB/SUEST/PB/FUNASA, de 22 de dezembro de 2014.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Atendido a Recomendação.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
08	201407066-CGU/PB	1.1.17 Recomendação 128701	Ofícios nºs. 19227/2014/ CGU/PB-NAC.1 e 24665/2014/ CGU-R/PB/SE/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
FUNASA/PB			7481
Descrição da Recomendação			
Proceder, junto à Presidência da Funasa, a revisão do contrato nº 146/2012, em relação à acumulação de função pelo Chefe da DIESP/SUEST, quando assume a responsabilidade de técnico para a emissão de Parecer.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Divisão de Engenharia de Saúde Pública (DIESP) e Funasa/Presidência			
Síntese da Providência Adotada			
Esta ação é exclusiva da Presidência/Funasa.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Informamos que as superintendências Estaduais são subordinadas à Presidência/Funasa, ou seja, o órgão central publica as portarias que norteiam todas as ações implementadas, inclusive o gestor do Contrato nº 146/2012 é o Diretor Geral de Administração da Presidência/Funasa.			

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
09	201407066-CGU/PB	1.1.2. Recomendação 128686	Ofícios nºs. 19227/2014/ CGU/PB-NAC.1 e 24665/2014/ CGU-R/PB/SE/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
FUNASA/PB			7481
Descrição da Recomendação			
Providenciar o lançamento das remunerações extra-SIAPE dos servidores matrículas SIAPE nºs. 0515627, 0508730 e 0508761.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Serviço de Recursos Humanos (SEREH)			
Síntese da Providência Adotada			
Foi providenciado o lançamento das remunerações extra-SIAPE dos servidores matrículas SIAPE nºs. 0515627, 0508730 e 0508761.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Atendido.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
10	201407066-CGU/PB	1.1.3. Recomendação 128687	Ofícios nºs. 19227/2014/ CGU/PB-NAC.1 e 24665/2014/ CGU-R/PB/SE/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
FUNASA/PB			7481
Descrição da Recomendação			
Implementar rotinas a fim de garantir o cumprimento do prazo para cadastramento, no SISAC, e disponibilização ao órgão de controle interno dos atos relativos às concessões de aposentadorias e pensões, nos termos do art. 7º da IN/TCU n.º 55/2007.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Serviço de Recursos Humanos (SERAH)			
Síntese da Providência Adotada			
As rotinas foram implementadas no exercício de 2014 e todos os atos de pessoal que requerem registro no sistema SISAC foram cadastrados dentro dos prazos estabelecidos no artigo 7º da IN/TCU nº 55/2007.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Atendido.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
11	201407066-CGU/PB	1.1.19. Recomendação 128703	Ofícios nºs. 19227/2014/ CGU/PB-NAC.1 e 24665/2014/ CGU-R/PB/SE/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
FUNASA/PB			7481
Descrição da Recomendação			
Adotar providências com vistas à regularização, nos termos do disposto no art. 133 da Lei nº 8.112/90, dos servidores em que a comissão concluiu pela irregularidade das acumulações: A.M.L., CPF ***.716.344-**; A.S.G.B., CPF ***.527.404-**; F.C.B., CPF ***.851.904-**; H.N.M., CPF ***.190.324-**; L.C.A., CPF ***.016.404-**; L.G.O., CPF ***.209.104-**; N.S.R., CPF ***.288.804-**; P.T.V.X., CPF ***.047.624-**; R.D.S., CPF ***.933.374-**.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Serviço de Recursos Humanos (SERAH)			
Síntese da Providência Adotada			
No Exercício de 2014 foram tomadas as providências devidas com vistas à regularização dos servidores em que a comissão concluiu pela irregularidade das acumulações.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Foram adotadas as providências referentes à regularização de 10 (dez) servidores.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
12	201407066-CGU/PB	1.1.20. Recomendação 128704	Ofícios nºs. 19227/2014/ CGU/PB-NAC.1 e 24665/2014/ CGU-R/PB/SE/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
FUNASA/PB			7481
Descrição da Recomendação			
Apresentar relatório conclusivo sobre a regularidade/irregularidade da acumulação de cargos públicos de todos os servidores citados neste Relatório de nº 201407066.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Serviço de Recursos Humanos (SERAH)			
Síntese da Providência Adotada			
No Exercício de 2014 foram tomadas as providências devidas com vistas a regularidade dos servidores citados no Relatório nº 201407066.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Foi apresentado o Relatório Final conclusivo			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
13	201407066-CGU/PB	1.1.21. Recomendação 128705	Ofícios nºs. 19227/2014/ CGU/PB-NAC.1 e 24665/2014/ CGU-R/PB/SE/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
FUNASA/PB			7481
Descrição da Recomendação			
Apurar as responsabilidades para os casos em que a comissão conclua pela irregularidade das acumulações por parte dos servidores.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Serviço de Recursos Humanos (SERAH)			
Síntese da Providência Adotada			
No exercício de 2014, foi realizado a apuração de responsabilidade para os casos em que a comissão concluiu pela irregularidade das acumulações de cargos, sendo notificados nos termos do artigo 133, da Lei nº 8.112/90.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
A maioria dos servidores regularizaram suas situações de acumulações, com exceção de 06 (seis) servidores, que foram abertos PAD - Rito Sumário; 01(um) servidor que mantém a mesma situação por força de Ordem Judicial.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
14	201407066-CGU/PB	1.1.22. Recomendação 128706	Ofícios nºs. 19227/2014/ CGU/PB-NAC.1 e 24665/2014/ CGU-R/PB/SE/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
FUNASA/PB			7481
Descrição da Recomendação			
Adotar mecanismos de controles internos que permitam a identificação dos casos de acumulação de cargos pelos servidores, o cadastramento tempestivo dos atos de pessoal no Sistema SISAC e o lançamento das remunerações extra-SIAPE para os servidores cedidos.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Serviço de Recursos Humanos (SEREH)			
Síntese da Providência Adotada			
No exercício de 2014 todos os atos de pessoal que requerem registro no sistema SISAC foram cadastrados dentro dos prazos estabelecidos. Solicitamos ao órgão cessionário as remunerações extra-SIAPE dos servidores cedidos e todas foram lançados no sistema SIAPE.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Atendido parcialmente.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não temos no momento mecanismo de controle interno que possa ser adotado, com o intuito de verificar periodicamente essas possíveis acumulação indevidas. A única forma efetiva de realização desse controle é fazer batimento entre as folha de pagamento e o Ministério do Planejamento já vem fazendo isso com alguns Municípios.			

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
15	201407066-CGU/PB	1.1.24. Recomendação 128708	Ofícios nºs. 19227/2014/ CGU/PB-NAC.1 e 24665/2014/ CGU-R/PB/SE/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
FUNASA/PB			7481
Descrição da Recomendação			
Adotar providências com vistas à regularização, nos termos do disposto no art. 133 da Lei nº 8.112/90, dos servidores que não apresentaram à comissão os documentos solicitados: A.L.B.S., CPF ***.950.504-**, A.C.R., CPF ***.334.644-**, C.C.P.S., CPF ***.099.604-**, E.F., CPF ***.546.759-**, E.C.B., CPF ***.860.954-**, J.L.R.A., CPF ***.887.514-**, J.O.M., CPF ***.641.214-**, J.C.S.L., CPF ***.303.194-**, J.T.B., CPF ***.562.644-**, J.M.L., CPF ***.297.144-**, M.B.D.S., CPF ***.803.494-**, S.G.M., CPF ***.082.924-**.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Serviço de Recursos Humanos (SEREH)			
Síntese da Providência Adotada			
Foi providenciado no exercício de 2014 o levantamento da situação dos servidores que não apresentaram a documentação solicitada, citados no 201407066-CGU/PB, visando a regularização.			
Síntese dos Resultados Obtidos			

Regularização dos servidores citados, nos termos do disposto no art. 133 da Lei nº 8.112/90.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
16	201407066-CGU/PB	1.1.5 Recomendação 128689	Ofícios nºs. 19227/2014/ CGU/PB-NAC.1 e 24665/2014/ CGU-R/PB/SE/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
FUNASA/PB			7481
Descrição da Recomendação			
Adotar procedimentos/rotinas a fim de cumprir os prazos estabelecidos pela Portaria CGU nº 1.043, de 25/07/2007, para cadastramento e atualização das informações referentes aos procedimentos administrativos disciplinares instaurados no âmbito da FUNASA/PB.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Não há setor específico. 02 (dois) servidores da Superintendência são cadastrados para a atividade.			
Síntese da Providência Adotada			
Os prazos estabelecidos pela Portaria CGU nº 1.043, de 25/07/2007, para cadastramento e atualização das informações referentes aos procedimentos administrativos disciplinares instaurados no âmbito da FUNASA/PB estão sendo cumpridos.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Atendido.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A agilidade na conclusão do procedimento depende da análise da Procuradoria Jurídica e Corregedoria da Presidência/Funasa.			

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
17	201203686-CGU/PB	2.1.1.1. Constatação 18	Ofícios nºs. 38513/2012 e 37497/CGU-PB
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
FUNASA/PB			7481
Descrição da Recomendação			
Providenciar a regularização do Registro Imobiliário Patrimonial da UG/Gestão 255015/36211 – Fundação Nacional de Saúde/Superintendência Estadual da Paraíba que possuem “data de avaliação vencida”.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Setor de Patrimônio/Divisão de Administração(DIADM)			
Síntese da Providência Adotada			
No exercício de 2014, por meio da Presidência/Funasa foi realizado a contratação de empresa especializada no			

levantamento patrimonial para regularização do Registro dos bens móveis e imóveis de todas as superintendências estaduais.
Síntese dos Resultados Obtidos
A empresa contratada começou os trabalhos no exercício de 2014.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

11.2.2 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Quadro A.11.2.2 – Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Superintendência Estadual da Funasa na Paraíba			7481
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	201407066-CGU/PB	1.1.7. Recomendação 128691	Ofícios nºs. 19227/2014/ CGU/PB-NAC.1 e 24665/2014/ CGU-R/PB/SE/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
FUNASA/PB			7481
Descrição da Recomendação			
Adotar controles/mecanismos a fim de garantir a tempestividade na análise de prestação de contas.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Serviço de Convênio (SECOV)			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Quantitativo limitado de servidores treinados para análise de prestação de contas.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Existe a perspectiva de melhora na agilidade dos trabalhos realizados, haja vista o remanejamento de servidores de outras áreas administrativas para o Serviço de Convênios (SECOV).			

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
02	201407066-CGU/PB	1.1.9. Recomendação 128693	Ofícios nºs. 19227/2014/ CGU/PB-NAC.1 e 24665/2014/ CGU-R/PB/SE/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
FUNASA/PB			7481
Descrição da Recomendação			
Apresentar avaliação acerca do remanejamento de servidores cedidos a outros órgãos para o Setor de Convênios ou área meio, procedendo à finalização da cessão para aqueles casos considerados válidos para deslocamento ao Setor de			

Convênios.	
Providências Adotadas	
Sector Responsável pela Implementação	Código SIORG
Serviço de Recursos Humanos (SEREH)	
Justificativa para o seu não Cumprimento	
A descentralização das ações e a cessão de pessoal em fomento ao SUS, tornou-se irreversível, haja vista a dimensão geográfica do País; o princípio descentralizador do atual sistema de saúde; a natureza das ações de saúde que foram descentralizadas.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
No sistema de saúde anterior, a Funasa possuía Distritos Sanitários, Hospitais e Centros de Saúde distribuídos pelo interior do País. Tal estrutura física e patrimonial foi cedida com a sua força de trabalhos para os Estados e Municípios, portanto, falar em retorno parcial ou total desse contingente de pessoal interiorano para exercer suas atividades na estrutura atual da Funasa, traria grandes alterações socioeconômico que interferiria na vida pessoal do servidor, por esses motivos foram feitos vários convites a servidores para que voluntariamente pudesse desenvolver as suas atividades na Sede da Suest/PB.	
Dos servidores que foram convidados, 04 (quatro) servidores foram lotados no Serviço de Convênios.	

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
03	201407066-CGU/PB	1.1.111 Recomendação 128695	Ofícios nºs. 19227/2014/ CGU/PB-NAC.1 e 24665/2014/ CGU-R/PB/SE/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
FUNASA/PB			7481
Descrição da Recomendação			
Apresentar avaliação acerca do remanejamento de servidores cedidos a outros órgãos para a Divisão de Engenharia ou área meio, procedendo à finalização da cessão para aqueles casos considerados válidos para deslocamento à Divisão de Engenharia.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Serviço de Recursos Humanos (SEREH)			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
A descentralização das ações e a cessão de pessoal em fomento ao SUS, tornou-se irreversível, haja vista a dimensão geográfica do País; o princípio descentralizador do atual sistema de saúde; a natureza das ações de saúde que foram descentralizadas.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
No sistema de saúde anterior, a Funasa possuía Distritos Sanitários, Hospitais e Centros de Saúde distribuídos pelo interior do País. Tal estrutura física e patrimonial foi cedida com a sua força de trabalhos para os Estados e Municípios, portanto, falar em retorno parcial ou total desse contingente de pessoal interiorano para exercer suas atividades na estrutura atual da Funasa, traria grandes alterações socioeconômico que interferiria na vida pessoal do servidor, por esses motivos foram feitos vários convites a servidores para que voluntariamente pudesse desenvolver as suas atividades na Sede da Suest/PB. Dos servidores que foram convidados, 02 (dois) servidores foram lotados na Divisão de Engenharia de Saúde Pública.			

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
04	201407066-CGU/PB	1.1.12. Recomendação 128696	Ofícios n.ºs. 19227/2014/ CGU/PB-NAC.1 e 24665/2014/ CGU-R/PB/SE/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
FUNASA/PB			7481
Descrição da Recomendação			
Apresentar avaliação acerca do remanejamento de servidores da área meio para a Divisão de Engenharia, procedendo ao remanejamento dos casos considerados válidos para remanejamento da área meio para a Divisão de Engenharia.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Divisão de Engenharia de Saúde Pública (DIESP) e Serviço de Recursos Humanos (SERAH)			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Carência de servidores que detenham formação técnica em engenharia.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A Funasa não dispõe de um quadro de pessoal técnico de engenharia permanentemente suficiente para atender todas as demandas da Superintendência.			

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
05	201407066-CGU/PB	1.1.16. Recomendação 128700	Ofícios n.ºs. 19227/2014/ CGU/PB-NAC.1 e 24665/2014/ CGU-R/PB/SE/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
FUNASA/PB			7481
Descrição da Recomendação			
Adotar providências no sentido de regularizar as impropriedades verificadas pela fiscal do contrato n.º 146/2012, segundo o que preconiza o §1º, art. 67, da Lei n.º 8.666/93.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Divisão de Engenharia de Saúde Pública (DIESP)			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Com treinamento em serviço dos técnicos contratados em 2014 será definido um engenheiro para assumir a função de fiscal do referido contrato.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Carência de servidores que detenham formação técnica em engenharia.			

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
06	201407066-CGU/PB	1.1.25. Recomendação 128709	Ofícios nºs. 19227/2014/ CGU/PB-NAC.1 e 24665/2014/ CGU-R/PB/SE/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
FUNASA/PB			7481
Descrição da Recomendação			
Apresentar proposta de planejamento das fiscalizações, considerando o passivo existente e os novos instrumentos pactuados, no intuito de evidenciar a necessidade de reforço de pessoal.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Divisão de Engenharia de Saúde Pública (DIESP) e Funasa/Presidência			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
A Funasa está disponibilizando um sistema de gerenciamento informatizado BI (Business Intelligence) que abrange todas as atividades relativas aos convênios em tempo real, que será utilizada para definir as prioridades do acompanhamento gerencial dos mesmos.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
É preciso que o órgão central (Presidência/Funasa) defina recursos que serão disponibilizados para a realização de viagens de fiscalização do acompanhamento gerencial dos convênios, só após essa definição é que iremos planejar a fiscalização do acompanhamento gerencial dos convênios e termos de compromissos.			

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
07	201407066-CGU/PB	1.1.18. Recomendação 128702	Ofícios nºs. 19227/2014/ CGU/PB-NAC.1 e 24665/2014/ CGU-R/PB/SE/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
FUNASA/PB			7481
Descrição da Recomendação			
Estabelecer controles internos que verifiquem periodicamente a ocorrência de acumulação indevida de cargos públicos, bem como de jornadas incompatíveis em virtude de acúmulo de cargos públicos acumuláveis.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Serviço de Recursos Humanos (SEREH)			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Não temos no momento mecanismo de controle interno que possa ser adotado, com o intuito de verificar periodicamente essas possíveis acumulação indevidas. A única forma efetiva de realização desse controle é fazer batimento entre as folha de pagamento e o Ministério do Planejamento já vem fazendo isso com alguns Municípios.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Com relação as deficiências apontadas nos atos de cadastramento dos servidores aposentados, temos a informar que a atualização cadastral é seguida a risca pela Orientação Normativa SEGEPE nº 01, de 10.01.2013, publicada no DOU de 11.01.2013, a seguir: <i>Art. 3º. A atualização cadastral será realizada em qualquer agência do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal e do Banco de Brasília.</i>			

Art. 5º. A atualização cadastral será realizada anualmente, sempre no mês de aniversário, e é condição necessária para a continuidade do recebimento do provento, reparação econômica mensal ou pensão.

§ 1º O aposentado, pensionista ou anistiado político civil deverá comparecer nas agências bancárias de que trata o caput do art. 3º desta Orientação Normativa, munido de documento oficial de identificação original com foto e CPF, para realizar sua atualização cadastral.

Todos os atos de cessão efetuados pela Suest/PB, são amparados na legislação vigente ao caso, seja pela Lei nº 8.112/90 ou por lei específica.

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
08	201407066-CGU/PB	1.1.4 Recomendação 128688	Ofícios nºs. 19227/2014/ CGU/PB-NAC.1 e 24665/2014/ CGU-R/PB/SE/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
FUNASA/PB			7481
Descrição da Recomendação			
Proceder o cadastramento no Sistema CGU/PAD dos processos administrativos disciplinares nºs. 25210.019463/2009-47, 25210.006813/2012-19 e 25210.008.088/2010-43.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Não há setor específico. 02 (dois) servidores da Superintendência são cadastrados para a atividade.			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Os Processos objeto desta Recomendação referem-se a sindicâncias administrativas já concluídas e encontram-se na Procuradoria Geral Federal para análise e parecer. Assim que os processos retornarem a Suest/PB serão cadastrados no sistema.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
09	201407066-CGU/PB	1.1.15 Recomendação 128699	Ofícios nºs. 19227/2014/ CGU/PB-NAC.1 e 24665/2014/ CGU-R/PB/SE/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
FUNASA/PB			7481
Descrição da Recomendação			
Proceder, junto à Presidência da Funasa, a padronização e a revisão da orientação que trata da análise dos projetos básicos apresentados pelos convenientes e compromitentes, no intuito de atender ao disposto no art. 6, inciso IX, da Lei 8.666/93.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Divisão de Engenharia de Saúde Pública (DIESP) e Funasa/Presidência			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
A padronização e revisão da orientação que trata da análise dos projetos básicos apresentados pelos convenientes e compromitentes são definidas pela Presidência/Funasa.			

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Cabe registrar que a mais de 14 (quatorze) anos estão sendo contratados técnicos temporários, por meio de concurso simplificado, o que vem gerado uma elevada rotatividade de profissionais. Apesar de todos os novos contratados serem graduados na área de engenharia, não possuem conhecimento específico dos trâmites da instituição, das recomendações dos órgãos de controle e nem experiência na análise e fiscalização do acompanhamento gerencial de convênios, o que demanda tempo para seu aprendizado.

11.3 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93**11.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93**

Quadro A.11.3.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	32	-	-
	Entregaram a DBR	32	-	-
	Não cumpriram a obrigação	0	-	-

Fonte: Sereh/FUNASA

11.3.2 Situação do Cumprimento das Obrigações

Em complemento às informações constantes ao Quadro A.11.3.1 quanto ao acompanhamento das DBR, informamos:

- Não houve a recusa de nenhum servidor para a entrega da DBR.
- A unidade incumbida de gerenciar a recepção da DBR é o Serviço de Recursos Humanos.
- Não existe sistema informatizado para o gerenciamento da DBR.
- A forma de recepção da DBR é em papel.
- Não há nenhum tipo de análise com o intuito de identificar eventuais incompatibilidades de patrimônio com a remuneração percebida.

- A Guarda das DBR fica nas pastas funcionais dos servidores.

11.4 Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário

Quadro A.11.4 – Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário em 2014

Casos de dano objeto de medidas administrativa s internas	Tomadas de Contas Especiais							
	Não instauradas			Instauradas				
	Dispensadas			Não remetidas ao TCU				
	Débito < R\$ 75.000	Prazo > 10 anos	Outros Casos*	Arquivamento			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração*	Remetidas ao TCU
				Recebimento Débito	Não Comprovação	Débito < R\$ 75.000		
05	42	-	-	-	02	02	11	07

Fonte: Secov/FUNASA

- Quanto a estrutura de pessoal para gestão da fase interna das Tomada de Contas Especial, informamos que a FUNASA/PB através da Portaria nº 32/2014 constituiu Comissão Permanente de Tomada de Contas Especial (CPTCE) objetivando a condução e acompanhamento das TCEs instauradas na Superintendência.
- No exercício de 2014 foram instauradas e concluídas 02 Tomada de Contas Especial, remetidas ao AUDIT/Presidência/FUNASA para fins de análise e posterior encaminhamento ao Tribunal de Contas da União.

11.5 Alimentação SIASG E SICONV

Quadro A.11.5 – Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV




**MINISTÉRIO DA SAÚDE
FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DA PARAIBA**

DECLARAÇÃO

Eu, **Ana Cláudia Oliveira da Nóbrega Vital do Rêgo**, CPF nº **854.366.404-78**, Superintendente Estadual da Fundação Nacional de Saúde no Estado da Paraíba, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2014 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece a LDO 2014 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

João Pessoa, 11 de fevereiro de 2015


ANA CLÁUDIA OLIVEIRA DA NOBREGA VITAL DO RÊGO
CPF: 854.366.404-78
Superintendente Estadual da SUEST/FUNASA/PB

12 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

12.1 Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

Para efeito de implementação do disposto nas Resoluções CFC n.º 1.136/08 e 1.137/08, que aprovam as NBC T 16.9 e 16.10, têm-se:

Avaliação de Ativos e Passivos

1. Os elementos do Ativo da FUNASA são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição, produção ou construção.
2. Para efeito de avaliação pós-reconhecimento de alguns ativos, há procedimentos previstos nas normas em epígrafe que conflitam com outras normas existentes que norteiam as atividades da instituição, a título de exemplo:
 - Os créditos administrativos por dano ao patrimônio, que classificam-se como recebíveis, devem ser avaliados quanto ao risco de recebimento, inclusive baixados quando não houver expectativas de liquidez. Este procedimento esbarra no art. 16 da IN/TCU n.º 71/2012, que prejudica a tempestividade do reconhecimento dessas avaliações, uma vez que condiciona à apreciação o TCU as hipóteses de baixa dos créditos a receber;
3. Os estoques são avaliados pelo custo de aquisição, produção ou construção por ocasião do reconhecimento, que são consumidos na consecução dos serviços afetos à atividade fim da instituição. Deste modo, não são avaliados sob o valor de realização, pois não são mantidos para venda.
4. Os elementos do Ativo Imobilizado são reconhecidos inicialmente pelo custo. Adotou-se o modelo de reavaliação menos a depreciação e a redução ao valor recuperável para mensurações posteriores para imobilizados e intangíveis. No entanto este procedimento está em curso pela empresa contratada LINK DATA INFORMATICA E SERVICOS S/A, contrato número 89/2012.

Depreciação, Amortização e Exaustão

1. Atualmente, estão sendo depreciados os bens móveis adquiridos a partir de janeiro de 2010. Os ativos adquiridos em datas anteriores a este período estão em processo de reavaliação, bem como os bens que, mesmo adquiridos após essa data, estão sujeitos a variações constantes no valor justo.
2. O modelo de depreciação adotado é o método das quotas constantes, previsto na alínea "a" do item 14 da NBC T 16.9.
3. Os valores residuais dos bens, assim como seus períodos de vida útil foram definidos com base na tabela constante da Macrofunção n.º 020330 do Manual SIAFI.
4. Os cálculos são realizados no sistema de gestão patrimonial e em data oportuna registrados no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), observando-se o regime de competência para reconhecimento dos decréscimos patrimoniais.

12.2 Apuração dos custos dos programas e das unidades administrativas

A FUNASA está envidando esforços para a implementação de ações para Apuração dos custos dos programas e das Unidades Administrativas, bem como não utiliza o sistema de custos do Governo Federal.

12.3 Conformidade Contábil

Informações sobre a conformidade contábil dos atos e fatos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada, contemplando:

a) A conformidade contábil é registrada no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI pela Setorial Contábil de Órgão- UG/Gestão 255037/36211, localizada na Presidência do órgão em Brasília, por contador com registro no Conselho Regional de Contabilidade. Os técnicos lotados na setorial analisam os auditores Contábeis, Balanços Patrimoniais, Orçamentário, Financeiro e Demonstrações Contábeis da unidade jurisdicionada e constatando inconsistências, desequilíbrio e contas a regularizar até o fechamento de cada mês, a Conformidade Contábil é registrada com restrição.

b) Foram registrada 8(oito) ocorrências durante o exercício a Unidade foi alertada por meio de memorandos emitidos pela Setorial Contábil responsável pelo registro da Conformidade Contábil:

RESTRIÇÃO	TÍTULO	SITUAÇÃO
302	FALTA E/OU ATRASO DE REMESSA DO RMA E RMB	Ocorridas de janeiro a novembro
306	APROPRIACAO DESPESAS FORA PERIODO COMPETENCIA - 21.219.60.01 - Diárias	Ocorridas em outubro e novembro
632	SLD ALONG/INDEV.CONTAS TRANS. AT. Ñ. CIR-IMOBIL - 14.212.91.90 - Bens Móveis a Alienar - Bens em Poder de Outra Entidade ou Terceiros > 19.911.16.00 Comodato de Bens Concedidos	Ocorridas de janeiro e fevereiro
640	SD CONTABIL BENS MOVEIS NAO CONFERE C/RMB Divergências em várias contas do grupo 14.211.xx.xx e 14.212.xx.xx	Ocorridas de janeiro a maio e agosto, setembro, novembro e dezembro
653	SLD.ALONG/INDEV.CONTAS TRANSITORIAS AT.COMP. - 19.995.00.00 - Credores - Compras Centralizadas	Ocorridas de janeiro a novembro
657	CONVENIOS A APROV COM DATA EXPIRADA - 19.962.04.00 - Convênios a Aprovar	Ocorridas de janeiro a outubro
674	SLD ALONG./INDEV CTAS TRANSIT. PAS.CIRCULANTE - 21.212.02.00 - Pessoa a Pagar do Exercício - 21.268.01.00 - Saque - Cartão de Pagamento do Governo Federal	Ocorrida em janeiro, fevereiro, outubro e novembro

705	FALTA COMPROVAÇÃO E PREST. CONTAS SUPRIMENTO DE FUNDOS - 19.911.06.00 - Suprimentos de Fundos	Ocorridas em abril, agosto, setembro a novembro
-----	---	--

c) Ocorrências não sanadas até o final do exercício:

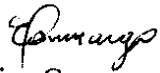
RESTRIÇÃO	TÍTULO	SITUAÇÃO
640	SD CONTABIL BENS MOVEIS NAO CONFERE C/RMB Divergências em várias contas do grupo 14.211.xx.xx e 14.212.xx.xx	

OBS: Tal pendência foi sanada no início do exercício de 2015.

12.4 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

12.4.1 Declaração com Ressalva

Quadro A.12.4.2 – Declaração do Contador com Ressalvas sobre a Fidedignidade das Demonstrações Contábeis

DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESSALVA			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
Superintendência Estadual da FUNASA no Estado da Paraíba			255015
<p>Declaro que as demonstrações contábeis (Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração do Resultado Econômico), previstas pela Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.133/2008, relativas ao exercício de 2014, refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p>			
<u>RESTRIÇÃO</u>	<u>TÍTULO</u>		
302	FALTA E/OU ATRASO DE REMESSA DO RMA E RMB		
640	SD CONTABIL BENS MOVEIS NAO CONFERE C/RMB		
Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Brasília-DF.	Data	30/01/2015
Contador Responsável	 Evanice Camargo Cardoso	CRC-DF nº	4763
Ordenador de Despesas	 Assinatura/carimbo		

12.5 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008

NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA

12.6 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas exigidas pela Lei nº 6.404/1976

NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA

12.7 Relatório de Auditoria Independente

NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA

13 OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

13.1 Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ

Este relatório apresenta os resultados obtidos pela Funasa no ano de 2014, tendo como referencial as ações e programas que integram o Plano Plurianual (PPA – 2012 a 2015), bem como as do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC que atribui à Funasa a responsabilidade de promover a saúde pública e a inclusão social por meio de ações de saneamento e saúde ambiental.

Desse modo, o Relatório de Gestão exercício 2014 desta Superintendência, retrata as estratégias de atuação adotadas por esta instituição, no que diz respeito às ações de saneamento e saúde ambiental para prevenção e controle de doenças e também responsável pela formulação e implementação das ações de promoção e proteção à saúde relacionada com as ações estabelecidas pelo Subsistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental sendo, portanto, um material não apenas para avaliação do desempenho institucional, mas também, um instrumento facilitador do acompanhamento do trabalho organizacional, pelo público interno e externo.